

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XC • Nº 141

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 13 de agosto de 2013

Elaboração do Código de Procedimento em Matéria Processual na reta final

Comissão promove Grande Expediente para colher últimas sugestões

A formulação do Código de Procedimento em Matéria Processual do Estado entrou na reta final. A Comissão Parlamentar Especial da Assembleia Legislativa, que trata do assunto, reuniu-se, ontem, para debater detalhes do documento, alguns elaborados em parceria com a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). O presidente do colegiado, deputado

Rodrigo Novaes (PSD), anunciou mais uma reunião para o próximo dia 26 e afirmou que pretende promover Grande Expediente Especial sobre o Código.

“Durante os quatro meses de trabalho, contamos com a participação de vários órgãos, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Servidores Públicos, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça

de Pernambuco. As últimas sugestões dos setores envolvidos serão colhidas no Grande Expediente”, detalhou.

O advogado e procurador do Estado, Leonardo Carneiro da Cunha explicou a contribuição da Polícia Militar. Segundo ele, na última reunião do grupo, a PM mostrou que há a necessidade de padronização de procedimentos de reintegração de posse, so-

bretudo quando há invasão coletiva, “porque é algo difícil, complicado, de apelo popular, em que existe a preocupação com a integridade das pessoas”.

“Existe um procedimento estabelecido no manual da Polícia, disponibilizado para ajudar na formulação do Código. Ainda estamos estudando o assunto reintegração de posse, mas a ideia é estabelecer

etapas de preparação, comunicação, convocação de representantes do Ministério Público, da Assembleia e da Câmara Municipal, para que a ordem seja cumprida da melhor forma possível”, ponderou Carneiro da Cunha.

Outro ponto que está sendo analisado diz respeito ao cumprimento dos alvarás de soltura dos presidiários. Na opinião do juiz da segunda vara de

Execuções Penais do Estado, Cícero Bittencourt, a Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco (Seres) tem sido morosa no cumprimento dos alvarás. “O documento é expedido e a Seres demora 24 horas ou mais, consultando o sistema sobre as restrições de liberdade daquele indivíduo. O ideal é que essa busca seja feita quando ele entra no sistema”, defendeu.



JOÃO BITA

COLEGIADO - Próxima reunião do grupo, que é presidida por Rodrigo Novaes (3º à esq.), foi anunciada para o próximo dia 26. Em breve, documento será votado no Plenário

Greve dos servidores da CPRH repercute na Assembleia Legislativa

Líder da Oposição também questiona gastos publicitários do Programa Atitude

A greve dos servidores da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e os gastos publicitários do Programa Atitude, iniciativa do Governo do Estado com o objetivo de recuperar viciados em crack, motivaram, ontem, o pronunciamento do líder da Oposição da Assembleia Legislativa, deputado Daniel Coelho (PSDB).

O parlamentar defendeu os servidores da CPRH, que estão em campanha salarial e paralisaram as atividades, por tempo indeterminado, desde a última quinta-feira (8). “Na paralisação de 2011, foi assinado um acordo entre a Secretaria de Administração e a categoria, mas o Executivo não cumpriu o prometido”, apontou, citando um incremento no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) como um dos itens negociados.

“Outro ponto da negociação foi que qualquer alteração financeira só produziria efeito em 2013. Agora, o Governo do Estado quer renegociar o prazo, levando a implantação do acordo para o segundo semestre de 2014”, continuou. O tucano acrescentou que, estão na pauta de reivindicação, melhores condições de trabalho e uma reposição salarial de 13%, em setembro de 2013.



ROBERTO SOARES

OPINIÃO - Coelho diz que Executivo não cumpriu acordo firmado na paralisação de 2011

Em aparte, os deputados Teresa Leitão (PT); Terezinha Nunes (PSDB); Betinho Gomes (PSDB); e o líder do Governo, Waldemar Borges (PSB) se pronunciaram. “Muitos servidores estão deixando o CPRH por falta de perspectiva de carreira”, registrou Teresa. “Os funcionários merecem ser valorizados e respeitados”, frisou Terezinha. Betinho Gomes “se colocou à disposição da categoria” e Borges destacou “a defasagem salarial existente há anos”. “Não houve descumprimento de acordo. A previsão de au-

mento estava condicionada a movimentação financeira do Estado”, apontou.

Com relação ao Programa Atitude, Daniel Coelho repercutiu resposta do Executivo a um pedido de informação, solicitado por ele, sobre a iniciativa. O parlamentar classificou os gastos publicitários como “desproporcionais”. “O número de vagas para internamento é pequeno para a demanda. São 30 para o Estado, 30 para Casa de Passagem e 150 atendimentos nas ruas, realizadas por equipes multidisciplinares.”

Em aparte, Terezinha Nunes “defendeu uma melhor administração do gasto publicitário” e Betinho Gomes propôs “a realização de uma audiência pública para discutir o tema”. Rodrigo Novaes (PSD) registrou “a importância do programa no município de Floresta”, Sertão de Itaparica e Mavial sugeriu a “inclusão de cursos de qualificação profissional no Programa”. Para Waldemar Borges, houve equívoco na interpretação dos números. “O Atitude atende vários municípios e está em processo de duplicação”, argumentou.

Patrono do Legislativo

Mausoléu de Joaquim Nabuco precisa de reparos

Lembrando o aniversário de nascimento do patrono do Poder Legislativo pernambucano, Joaquim Nabuco, que será celebrado na próxima segunda-feira (19); o deputado Antônio Moraes (PSDB) foi à tribuna da Assembleia Legislativa para solicitar a recuperação do mausoléu do abolicionista.

“Fui procurado, na semana passada, por um grupo de maçons que descreveram o estado de abandono em que se encontra o túmulo, localizado no Cemitério de



ROBERTO SOARES

MORAES - Questiona estado de abandono do túmulo

Santo Amaro, no Recife”, relatou, ressaltando a importância de Nabuco para a história nacional. “Ele foi diplomata, jurista, jornalista, escritor e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e da Sociedade Antiescravidão Brasileira”, registrou.

O parlamentar fez um apelo ao prefeito do Recife, Geraldo Julio. “O mausoléu de Joaquim Nabuco é um dos mais visitados do Estado e merece uma atenção especial. A recuperação é urgente.”

Educação

Conteúdo de cartilhas do MEC é criticado

Cartilhas, distribuídas pelo Ministério da Educação, contendo vídeos e informações sobre sexo, drogas, masturbação e homoafetividade; foram criticadas pelo deputado Adalto Santos (PSB). Ontem, o parlamentar ressaltou que o informativo estimula a sexualidade prematura, a prostituição e o uso de drogas.

“Temos o direito de zelar pela integridade emocional de nossas crianças e adolescentes. O rumo da educação no País tem se distanciado da ética e moral da maioria da sociedade”, registrou.

O parlamentar também lamentou a instalação de máquinas de distribuição

de camisinhas na rede pública de ensino. O projeto, uma parceria entre o Ministério da Educação e o da Saúde, tem o objetivo de disponibilizar, gratuitamente, o produto aos estudantes. “É necessária a criação de uma comissão especial para analisar o material didático direcionado aos jovens e combater os excessos do Ministério da Educação”, sugeriu.

No Plenário, o deputado Antônio Moraes (PSDB) concordou com as críticas ao conteúdo das cartilhas distribuídas pelo MEC, mas ressaltou “que há problemas mais urgentes a ser combatidos na área da educação”.



ROBERTO SOARES

TRIBUNA - Adalto Santos sugere criação de comissão

Reforma Política é tema de debate em evento da Unale

Encontro acontece no próximo dia 22 em Brasília

Indicado pela Casa Joaquim Nabuco para representar Pernambuco na União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), o deputado Tony Gel (DEM) relatou propostas de reforma política que serão apresentadas, no próximo dia 22, em Brasília. No evento, os legislativos nacionais farão um balanço das discussões realizadas em cada Estado.

O parlamentar citou a redução do tempo de campanha política de 90 para 45 dias e a diluição do guia eleitoral em inserções comerciais, com duração de 30 e 60 segundos, como algumas das alterações que serão sugeridas. “O atual custo de uma campanha política e a produção do guia eleitoral são altíssimos. Essas medidas podem baratear o processo. Estou à disposição para esclarecer dúvidas e receber sugestões. As ideias serão encaminhadas ao Congresso Nacional”, informou.



ROBERTO SOARES

TONY GEL - Custo de campanha eleitoral será discutido

Em apertes, os deputados Mavíael Cavalcanti (DEM) e Terezinha Nunes (PSDB) se pronunciaram. Cavalcanti defendeu “que a reforma política seja acelerada e votada ainda em 2013”. Te-

rezinha mostrou preocupação com “ações extremas” como a proibição de cartazes e cavaletes nas ruas. “Isso pode estimular campanhas clandestinas”, justificou.

Homenagem

Dia do Advogado é lembrado na Casa Joaquim Nabuco

O Dia do Advogado, comemorado no último domingo (11), foi o tema do pronunciamento do deputado Rodrigo Novaes (PSD). Ontem à tarde, o parlamentar lembrou a criação, ainda no período do Brasil Império, dos primeiros cursos formais de Direito, em 1827, e a instituição das primeiras faculdades, em Olinda e São Paulo.

“Advogar, cada vez mais, tem se mostrado fundamental na resolução de questões importantes para a sociedade. Desde a Constituição Cidadã de 1988, em seu artigo 33, o ofício passou a representar a garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros, sobretudo, dos menos favorecidos”, apontou.

Na ocasião, Novaes registrou a importância dos trabalhos desenvolvidos



ROBERTO SOARES

NOVAES - Deputado destaca importância da profissão

pela Comissão Especial de Elaboração do Código de Procedimentos em Matéria Processual da Assembleia Legislativa. “O colegiado trabalha na criação de um texto para otimizar o trâ-

mite processual na Justiça do Estado”, frisou o parlamentar, que preside o grupo. “É uma ação pioneira em Pernambuco que, em breve, será apreciada em Plenário”, concluiu.

Qualificação

Ordem de serviço é assinada para escola técnica em São Lourenço

No dia da festa do padroeiro do município de São Lourenço da Mata, comemorada no último sábado (10), o governador Eduardo Campos (PSB) assinou a ordem de serviço para construção de uma Escola Técnica Estadual na localidade. O anúncio foi feito, ontem, durante o Pequeno Expediente, pelo deputado Vinícius Labanca (PSB).

“A nova unidade de ensino tecnológico qualificará os jovens da região, que terão mais facilidade para se inserir no mercado de trabalho”, frisou.

O parlamentar ainda registrou as celebrações do Dia de São Lourenço Mártir. “A tradicional procissão foi acompanhada por milhares de fiéis e encerrada com uma missa, celebrada pelo pároco da Igreja Matriz e pelo arcebispo de Olinda e



ROBERTO SOARES

LABANCA - Iniciativa busca inserir jovens no mercado

Recife, Dom Fernando Saburido”, detalhou, registrando que a festa atraiu um público aproximado de 20 mil

personas. Labanca agradeceu o empenho de todos que ajudaram na organização do evento.

Infraestrutura

Parlamentar solicita recuperação de rodovias estaduais

A infraestrutura das rodovias estaduais foi questionada, ontem à tarde, no Plenário. Durante o Pequeno Expediente, o deputado Betinho Gomes (PSDB) registrou que a falta de reparo da PE-007, no trecho mais conhecido como Curva do Caranguejo, tem provocado acidentes graves. Segundo ele, os casos se sucedem desde 2010, período em que a estrada sofreu graves danos em decorrência de fortes chuvas.

“O tráfego é intenso no lugar e merece mais atenção do Departamento de Estrada de Rodagem (DERPE) e da Secretaria Estadual de Transporte”, ressaltou. A rodovia corta o município de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife (RMR), e liga os bairros de Socorro a Jaboatão Velho. “Vários apelos já foram feitos às autoridades”, acrescentou, registrando um acidente ocorrido na semana passada.



ROBERTO SOARES

ALERTA - Betinho Gomes registra aumento de acidentes

Chuvas e tráfego intenso prejudicam

A situação da PE-028, no Complexo Portuário de Suape, também foi comentada pelo parlamentar. “Após várias mobilizações da sociedade, a recuperação da estrada teve início. A duplicação é fundamental para conter o grande fluxo de veículos no local” observou.

Ato

ATO Nº. 618/2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art.64 do Regimento Interno, e por decisão da Mesa Diretora,

RESOLVE: determinar que a partir do dia 1º de setembro do corrente ano, a remuneração dos servidores efetivos lotados em gabinetes deverá ser paga através da verba de gabinete, nos termos da Lei nº11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 12 de agosto de 2013.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Ordem do Dia

Octogésima Segunda Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2013, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2012 às Propostas de Emenda à Constituição nºs 03/2011 e 04/2011

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor da Proposta de Emenda Constitucional nº 03/2011: Dep. Mavíael Cavalcante
Autor da Proposta de Emenda Constitucional nº 04/2011: Dep. Sílvio Costa Filho

Acresce parágrafo ao art. 10 da Constituição Estadual.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Votação Nominal

Quorum para aprovação: 3/5 dos Senhores Deputados = 30 Votos

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/3/2012

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2013 aos Projetos de Lei Complementar nºs 438/2011 e 1440/2013

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto de Lei Complementar nº 438/2011: Dep. Antônio Moraes
Autor do Projeto de Lei Complementar nº 1440/2013: Poder Executivo

Altera a Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas Corporações Militares do Estado.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quorum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 7/8/2013

Primeira Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1454/2013

Autor: Poder Judiciário

Altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quorum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/6/2013

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1079/2012

Autor: Dep. Sílvio Costa Filho

Declara de Utilidade Pública a Associação sem fins lucrativos Projeto Barnabé.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/08/2012

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2013 aos Projetos de Lei Ordinária nº 881/2012

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Dep. Augusto César

Denomina de Escola Estadual Quilombola Alzira Tenório do Amaral, a Unidade de Ensino localizada no Distrito de Quitimbu do município de Custódia, Sertão do Moxotó.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 12/6/2013

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2013 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1381/2013

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Dep. Ricardo Costa

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual de Respeito aos Ciclistas.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 1º/5/2013

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1404/2013

Autor: Dep. Zé Maurício

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Doutor Henrique Gerson Kohl.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões

Votação Nominal

Quorum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2013

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 1451/2013

Autora: Dep. Mary Gouveia

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Engenheiro Civil, Paulo Roberto Correia Batista.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 11ª Comissões

Votação Nominal

Quorum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/06/2013

Discussão Única da Indicação nº 6608/2013

Autor: Dep. Diogo Moraes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário das Cidades e à Diretora do DETRAN no sentido de viabilizarem a instalação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no município de Vertentes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2013

Discussão Única da Indicação nº 6609/2013

Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos e ao Presidente da COMPESA no sentido de regularizar o abastecimento d'água no bairro de Sítio Frágoso, no município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2013

Discussão Única da Indicação nº 6610/2013

Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Reitor da Universidade de Pernambuco - UPE no sentido de ser instalado um Campus da Universidade de Pernambuco-UPE, no município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2013

Discussão Única do Requerimento nº 2459/2013

Autora: Dep. Teresa Leitão

Voto de Pesar pelo falecimento do Radialista Aldo Loreto, ocorrido recentemente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2013

Discussão Única do Requerimento nº 2460/2013

Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações com a população do Distrito de Fernando de Noronha, pela comemoração do dia do seu descobrimento, que ocorreu no dia 10 de agosto do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2013

Discussão Única do Requerimento nº 2461/2013

Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações com a população do município de Iati, pela passagem dos seus 49 anos de emancipação política, que ocorrerá no dia 14 de agosto do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2013

Discussão Única do Requerimento nº 2462/2013

Autor: Dep. Antônio Moraes

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa a Carta nº 2/CMDO/30068, datada de 8 de julho de 2013, remetida da cidade do Rio de Janeiro pelo Excelentíssimo Senhor Major Brigadeiro do Ar, Luis Antônio Pinto Machado, Digníssimo Comandante da UNIFA e endereçada ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Claudiano Martins Filho, preclaro Segundo Secretário deste Parlamento Estadual.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2013

Ata

ATA DA OCTOGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 10:00 HORAS..

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA

AOS 08 (OITO) DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2013 (DOIS MIL E TREZE), ÀS 10 (DEZ) HORAS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, MANOEL SANTOS, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, OSSÉSIO SILVA, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RILDO BRAZ, SEBASTIÃO RUFINO, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO E TEREZINHA NUNES, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, DIOGO MORAES, FRANCISMAR PONTES, ISABEL CRISTINA, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, ODACY AMORIM, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, ENCONTRANDO-SE LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ISALTINO NASCIMENTO E LAURA GOMES, FALTOU O DEPUTADO JULIO CAVALCANTI, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA SETE DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL QUE TRATA DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 04/2011, QUE PROPÕE DAS VOTAÇÕES EM PLENÁRIO, RESSALTANDO QUE O TEMA FOI AMPLAMENTE DISCUTIDO NAS INSTÂNCIAS DEVIDAS E O TEXTO SUBSTITUTIVO, DE SUA AUTORIA, BUSCOU ATENDER O PENSAMENTO DA MAIORIA DA CASA. FINALIZA SOLICITANDO QUE A REFERIDA MATÉRIA SEJA POSTA EM VOTAÇÃO NA ORDEM DO DIA NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE INFORMA QUE JÁ PEDIU A ASSESSORIA PARA COLOCAR EM PAUTA A REFERIDA MATÉRIA. A DEPUTADA TEREZINHA NUNES APRESENTA VOTO DE APLAUSOS AOS DEZ POLÍTICOS PERNAMBUCANOS INCLUÍDOS NA LISTA DOS CEM PARLAMENTARES MAIS INFLUENTES DO PAÍS, DIVULGADA PELO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP, DESTACANDO QUE FORAM AGRACIADOS COM O RECONHECIMENTO OS TRÊS SENADORES HUMBERTO COSTA, ARMANDO MONTEIRO NETO E JARBAS VASCONCELOS, BEM COMO OUTROS SETE DEPUTADOS FEDERAIS, ENTRE ELES SÉRGIO GUERRA E BRUNO ARAÚJO. O DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO DISCORDA DE ALGUNS DEPUTADOS QUANDO AFIRMAM QUE A CASA ESTA SOFRENDO DESGASTE COM O PROCESSO DA PEC DO VOTO ABERTO. FINALIZA DEFENDENDO O VOTO ABERTO PARA TODAS AS MATÉRIAS, COMPARANDO AS AÇÕES DO LEGISLATIVO COM AS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E AS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ABERTAMENTE VOTAM TEMAS VARIADOS. O DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI CONTESTA AS PALAVRAS DO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO, AFIRMANDO QUE É CONTRA O VOTO ABERTO APENAS PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA E VETO DO PODER EXECUTIVO, CONSIDERANDO QUE SERIA UMA FORMA DE GARANTIR A DECISÃO LIVRE, COMPARANDO A VOTAÇÃO DA MESA E DE VETOS ÀS ELEIÇÕES GERAIS, ONDE O ELEITOR TEM O VOTO SECRETO. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE COM Satisfação a presença do CORPO DOCENTE E DISCENTE DA ESCOLA DE REFERÊNCIA DOUTOR WALFREDO LUIZ PESSOA DE MELO, CONVIDANDO OS REPRESENTANTES DA REFERIDA ESCOLA PARA RECEBER DAS MÃOS DO DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO UM EXEMPLAR DOS LIVROS: "LUIZ GONZAGA, O MATUTO QUE CONQUISTOU O MUNDO", DE GIDSON OLIVEIRA E A "CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO". O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS PASSA A ORDEM DO DIA. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1520/2013. SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nºs 1325/2013, 1443/2013 E O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1373/2013. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES Nºs 6582/2013 A 6593/2013 E OS REQUERIMENTOS Nºs 2424/2013, 2439/2013, 2443/2013 A 2448/2013. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES Nºs 6608/2013 A 6610/2013 E OS REQUERIMENTOS Nºs 2459/2013 A 2462/2013, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Marcantônio Dourado; 2º Vice-Presidente, Deputado André Campos; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho; 3º Secretário, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Recursos Humanos** - Sérgio Maurício Coutinho Córrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Bráulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Paula Barbosa Imperiano; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Margot Dourado; **Subeditora** - Manoela Moreira; **Jornalistas** - Antônio Azevedo, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Anselmo Monteiro, Carolina Flores, Felipe Marques, Mirella Lemos, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Alcidezio Ramos, Aristides Pandelis Frangakis e Mauro Silva; **Estagiários**: Alessandra Tenório, Bruna Cunha, Camila Labanca, Dangelo Mathias, Ellen Lacerda, Gabriela Santos, Vital Marcio; **Chefe do Departamento de TV**, Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV**, Natália Câmara; **Reportagem**: Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mônica Alcântara, Mara Amorim; **Produção**: Anne Nunes, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação**: Mônica Alcântara, Mara Amorim. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail**: dcomunic@alepe.pe.gov.br



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA A PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2013.

EXPEDIENTE

OFÍCIO Nº 81 - DO DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS solicitando licença em caráter cultural para viagem aos Estados Unidos, no período de 11 a 19 de agosto de 2013. À Publicação.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO RAMOS solicitando dispensa da presença nas Reuniões Plenárias dos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2013. À Publicação.

Solicitação de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O Deputado **Ramos** com assento nesta Assembleia Legislativa, solicita, nos termos do inciso art. 30, do Regimento Interno, dispensa da presença na(s) reunião(es) do(s) dia(s) 12 a 14 de agosto de 2013, pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a São Paulo - SP.

Recife, 12 de agosto de 2013.

Ramos
Deputado

DESPACHO:
Deferido

Ao expediente, em 12/08/2013

Guilherme Uchôa
Presidente

Enviado à Publicação de acordo com o inciso IX, art. 64 do Regimento Interno.

Projetos

Projeto de Lei Ordinária N° 1526/2013

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação sem fins lucrativos Manairá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, no âmbito estadual, a Associação sem fins lucrativos Manairá, registrada no cadastro nacional de pessoa jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.386.950/0001-21, com sede à Rua 18, nº 145, Alto dos Índios, Pontes dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho - PE.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados ÂNGELO FERREIRA (PSB), ANTÔNIO MORAES (PSDB), DANIEL COELHO (PSDB), RICARDO COSTA (PTC), SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR (PR), SILVIO COSTA FILHO (PTB), TERESA LEITÃO (PT) e WALDEMAR BORGES (PSB) membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes ANDRÉ CAMPOS (PT), AUGUSTO CÉSAR (PTB), DIOGO MORAES (PSB), ERIBERTO MEDEIROS (PTC), RODRIGO NOVAES (PSD), TEREZINHA NUNES (PSDB), TONY GEL (DEM), VINÍCIUS LABANCA (PSB) e ZÉ MAURÍCIO (PP), para se fazerem presentes à reunião a ser realizada às 10 (dez) horas do dia 13 (treze) de agosto de 2013 (terça-feira), no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, onde estará em pauta as seguintes matérias:

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº 1452/2013, de autoria da Deputada Terezinha Nunes (Ementa: Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco)
- 2) Projeto de Lei Ordinária nº 1453/2013, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos e dá outras providências)
- 3) Projeto de Lei Ordinária nº 1508/2013, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti (Ementa: Cria o dia da cultura Sul-coreana em Pernambuco e determina providências pertinentes)
- 4) Projeto de Lei Ordinária nº 1509/2013, de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti (Ementa: Proíbe a cobrança de Taxa de Esgoto nos casos que menciona e dá outras providências)
- 5) Projeto de Lei Ordinária nº 1510/2013, de autoria do Deputado Júlio Cavalcanti (Ementa: Denomina de Comerciante Júlio Ramos da Silva o Terminal de Passageiros localizado no município de Ouricuri)
- 6) Projeto de Lei Ordinária nº 1518/2013, de autoria do Tribunal de Contas do Estado (Ementa: Institui o processo eletrônico e dispõe sobre demais usos do meio eletrônico na tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)
- 7) Projeto de Lei Ordinária nº 1519/2013, de autoria do Deputado Gustavo Negromonte (Ementa: Dispõe sobre a exigência de vistoria anual com laudo técnico acompanhado da respectiva via da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - para utilização de brinquedos em parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes e similares e dá outras providências)
- 8) Projeto de Lei Ordinária nº 1521/2013, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a gratuidade de estacionamento em hospitais e centros de saúde públicos e privados no âmbito do Estado de Pernambuco)
- 9) Projeto de Lei Ordinária nº 1522/2013, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 15.021, de 20 de junho de 2013)
- 10) Projeto de Lei Ordinária nº 1523/2013, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Dispõe sobre o direito da inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos aos serviços públicos prestados, no âmbito da administração pública estadual, direta e indireta, autárquica e fundacional e dá outras providências)
- 11) Projeto de Lei Ordinária nº 1524/2013, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Denomina Rodovia Antônio Abel de Sá Feitosa o trecho da Rodovia PE-360 que faz ligação ao Distrito de Airi no município de Floresta)
- 12) Projeto de Lei Ordinária nº 1525/2013, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Dispõe sobre a prorrogação de mandatos de conselheiros tutelares em todo território do Estado de Pernambuco)

DISCUSSÃO:

- 1) Projeto de Lei Complementar nº 1498/2013, de autoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ementa: Altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, dispondo sobre a composição do Tribunal de Justiça, criação de cargos e funções, e dá outras providências)
- Relator: Deputado Augusto César

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº 98/2011, de autoria do Deputado Odacy Amorim (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação, além de postes, das luminárias em municípios que possuam Cobrança de Iluminação Pública - CIP, pela Companhia Energética de Pernambuco – CELPE)
- Relator: Deputado Antônio Moraes
- 2) Projeto de Lei Ordinária nº 285/2011, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Dispõe sobre a afixação de Placas em todos municípios litorâneos sobre à prática da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco)
- Relator: Deputado Antônio Moraes
- 3) Projeto de Lei Ordinária nº 347/2011, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Dispõe sobre a instituição de casas de passagem (albergues), a serem instituídos ou mantidos pelo poder público, ao cidadão Pernambucano, que necessite de tratamento médico-hospitalar ou de realização de exames médicos)
- Relator: Deputado Ângelo Ferreira
- 4) Projeto de Lei Ordinária nº 349/2011, de autoria do Deputado Carlos Santana (Ementa: Dispõe sobre a criação do banco de DNA de criminosos sexuais no âmbito do Estado de Pernambuco)
- Relator: Deputado Aluisio Lessa
- 5) Projeto de Lei Ordinária nº 374/2011 de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Cria o serviço – NARCODENÚNCIA no Estado de Pernambuco)
- Relator: Deputado Tony Gel
- 6) Projeto de Lei Ordinária nº 402/2011, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Cria Centros Especializados em Prevenção e Repressão de Delitos, no âmbito do Estado de Pernambuco)
- Relator: Deputado Ângelo Ferreira
- 7) Projeto de Lei Ordinária nº 403/2013, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Cria uma força-tarefa de combate às milícias privadas e grupos de extermínio no campo, no âmbito do Estado de Pernambuco)
- Relator: Deputado Ângelo Ferreira
- 8) Projeto de Lei Ordinária nº 1474/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a Empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, a permutar e alienar áreas de terra, com suas benfeitorias porventura existentes, situadas nos Municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, neste Estado)
- Relator: Deputado Ângelo Ferreira
- 9) Projeto de Lei Ordinária nº 1475/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 3º da Lei nº 12.657, de 8 de setembro de 2004, que institui o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONED)
- Relator: Deputado Antônio Moraes
- Substitutivo nº 01/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Substitui o Projeto de Lei nº 1.475 /2013, que dá nova redação ao § 3º do art. 3º da Lei nº 12.657, de 8 de setembro de 2004, que institui o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONED), ao Projeto de Lei Ordinária nº 1475/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 3º da Lei nº 12.657, de 8 de setembro de 2004, que institui o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONED)
- Relator, por dependência, Deputado Antônio Moraes
- 10) Projeto de Lei Ordinária nº 1490/2013, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Dispõe sobre a semana de conscientização do motorista aos direitos dos ciclistas do Estado de Pernambuco)
- Relator: Deputado Augusto César
- 11) Projeto de Lei Ordinária nº 1492/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE a ceder o direito de uso do imóvel que indica)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Ângelo Ferreira
- 12) Projeto de Lei Ordinária nº 1493/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Daniel Coelho
- 13) Projeto de Lei Ordinária nº 1494/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a alienar, mediante licitação, os imóveis que indica)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Antônio Moraes
- 14) Projeto de Lei Ordinária nº 1495/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Programa de Formação do Sistema Único de Saúde – FORMASUS)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Rodrigo Novaes
- 15) Projeto de Lei Ordinária nº 1496/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Cria a Unidade Técnica Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco - ESPPE.)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Ângelo Ferreira
- 16) Projeto de Lei Ordinária nº 1497/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui a obrigatoriedade de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação por contribuinte do ICMS beneficiário de incentivo fiscal, bem como o Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco - INOVAR-PE)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Augusto César
- 17) Projeto de Lei Ordinária nº 1499/2013, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Denomina o município de Trindade como "Capital do Gesso", no âmbito do estado de Pernambuco)
- Relator: Deputado Daniel Coelho
- 18) Projeto de Lei Ordinária nº 1501/2013, de autoria do Deputado Mavíael Cavalcanti (Ementa: Institui no calendário oficial de eventos do Estado de Pernambuco, o Dia do Profissional do SAMU)
- Relator: Deputado Rodrigo Novaes
- 19) Projeto de Lei Ordinária nº 1506/2013, de autoria do Deputado Aglaílson Júnior (Ementa: Confere ao Município de Glória do Goitá, o Título de Capital Estadual do Mamulengo)
- Relator: Deputado Rodrigo Novaes
- 20) Projeto de Lei Ordinária nº 1511/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 13.019, de 8 de maio de 2006, que altera a alíquota do ICMS relativa às operações internas com óleo diesel destinadas a empresas operadoras de linhas do sistema de transporte público de passageiros da Região Metropolitana do Recife.)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Waldemar Borges
- 21) Projeto de Lei Ordinária nº 1512/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre infrações, penalidades e procedimentos específicos, relativamente à imposição de sistema especial de controle, fiscalização e pagamento ao devedor contumaz.)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Rodrigo Novaes
- 22) Projeto de Lei Ordinária nº 1513/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber doação, com encargo, de bem imóvel situado no Município de Timbaúba, neste Estado)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Daniel Coelho
- 23) Projeto de Lei Ordinária nº 1514/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 14.813, de 31 de outubro de 2012, que autoriza a concessão de compensação financeira, a título de subvenção econômica, no preço do litro de leite de vaca e de cabra pago a produtor e a laticínio, no âmbito do Programa "Leite de Todos")
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Augusto César
- 24) Projeto de Lei Ordinária nº 1516/2013, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2013)
- Regime de urgência
- Relator: Deputado Zé Maurício

III) PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

- 1) Projeto de Resolução nº 1250/2013, de autoria da Deputada Mary Gouveia (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, Classe Ouro, Mérito "Administrativo e Assistência Social Ministro Marcos Freire", a servidora pública estadual Ana Olímpia Celso de Miranda Severo)
- Relator: Deputado Antônio Moraes

RECIFE, 12 DE agosto DE 2013.

DEPUTADA RAQUEL LYRA
PRESIDENTE

A Associação sem fins lucrativos Manaíra, de natureza assistencialista, educativa e cultural, tem como missão promover a defesa do meio ambiente, patrimônio público dando apoio no desenvolvimento de atividades educativas culturais, esportivas e ainda preventivas, visando a integração social especialmente das crianças, adolescentes, idosos, gestantes e deficientes físicos, desde 1998, na comunidade de Ponte dos Carvalhos na cidade do Cabo de Santo Agostinho. O projeto nasceu da necessidade de assistir crianças, adolescentes, idosos, gestantes e deficientes físicos com vulnerabilidade social e que não possuem qualidade de vida. Seu objetivo geral é prevenir a visando a integração social voltadas para área de saúde, educação, alfabetização e profissionalização de mão de obra, garantindo a inclusão social, fortalecendo os laços familiares e comunitários. A sede está localizada na cidade do Cabo de Santo Agostinho no bairro de Ponte dos Carvalhos.

Em atendimento aos trabalhos desenvolvidos pela associação sem fins lucrativos, encaminhamos este projeto de lei, esperando por sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 7 de agosto de 2013.

Betinho Gomes
Deputado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1527/2013

Ementa: Cria o Programa Menor Recuperado que proporcionará curso de profissionalização aos menores infratores da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), através da manutenção e reforma dos veículos pertencentes a frota do Governo do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa Menor Recuperado, que institui o curso de profissionalização aos menores internos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), em especialização de auxiliar de mecânica, funilaria, tapeçaria e elétrica.

Parágrafo único. O programa de que trata o *caput* será desenvolvido dentro das unidades da FUNASE pelos internos com idade a participar de cursos de ensino médio profissionalizante.

Art. 2º Para fins de especialização serão utilizados os veículos velhos e danificados que se encontram parados nos pátios de estacionamento da Administração Direta, Indireta, Autarquias e fundações pertencentes a frota do Governo do Estado de Pernambuco e que com a devida reforma ou manutenção, serão passíveis de doação a entidades assistenciais sem fins lucrativos, prefeituras, centros de saúde e outros órgãos do Estado.

Art. 3º Deverá a Secretaria da Criança e da Juventude de Pernambuco, a qual a FUNASE está subordinada, assinar convênios com entidades educacionais públicas ou privadas, para que possam ministrar os cursos de que trata o art. 1º.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias suplementares se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação do Plenário da Casa busca amparar os jovens que por diversos motivos agiram de maneira ilegal e encontram-se na Fundação de Atendimento Socioeducativo. Sabemos como é dificultosa o retorno às oportunidades de emprego depois de ter cumprido pena e mais, no tempo de reclusão os adolescentes podem se aperfeiçoar e aprender uma carreira, facilitando a demanda do mercado no momento em que estiverem novamente em liberdade. Outrossim, mesmo não sendo a principal finalidade do projeto, é de conhecimento público o número de veículos adquiridos com recursos públicos que estão parados pela falta de conserto e dependendo de licitações que precisam de tempo para serem efetuadas. Assim sendo, justificamos o presente Projeto de Lei, esperando por sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 7 de agosto de 2013.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª , 2ª , 3ª , 5ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1528/2013

Ementa: Dispõe sobre prazo máximo de entrega para empresas que fornecem alimentos prontos em domicílio – fast foods.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As empresas que atuam no segmento de entrega de alimentos prontos em domicílio, incluindo-se as de refeições rápidas, conhecidas como “fast foods”, terão o prazo máximo de 60 (sessenta) minutos para o cumprimento da entrega do pedido a partir do horário de sua finalização pelo consumidor. Parágrafo único. Se a entrega não se efetivar no prazo limite de 60 (sessenta) minutos, o consumidor poderá recusar o recebimento do pedido e conseqüentemente não efetivar o pagamento.

Art. 2º Toda entrega será acompanhada por nota de pedido onde esteja consignado o efetivo horário de sua finalização pelo consumidor.

§ 1º Em qualquer caso, uma via da nota de pedido será entregue ao consumidor por ocasião da tentativa de entrega do pedido.

§ 2º O horário de finalização do pedido será comprovado pela empresa por meios idôneos, recorrendo-se ao horário da respectiva ligação telefônica em caso de dúvida.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto visa estabelecer prazo máximo de entrega para empresas que atuam no segmento de entrega de alimentos prontos, a exemplo de pizzas, lanches, comida japonesa, etc., conhecidos por “fast foods”.

A presente matéria estabelece a responsabilidade das empresas por dano ao consumidor desse segmento, que busca rapidez e comodidade, uma vez que os grandes atrasos na entrega de alimentos/refeições são corriqueiros e atrapalham as atividades diárias do mesmo, principalmente as laborais, por vezes deixando-os sem resposta. Portanto, o serviço de entrega deve ser bem prestado a quem dele necessita, uma vez, normalmente é embutido o preço do pedido.

Ademais, se verifica que as franquias de empresas estrangeiras de “fast foods” não têm a menor preocupação em bem atender esse tipo de consumidor, haja vista o enorme volume de vendas existente em razão da marca reconhecida.

Por se tratar de uma iniciativa de relativa importância, nada mais justo que está proposição seja aprovada. Haja vista a importância deste projeto a população pernambucana que utiliza deste tipo de fornecimento de entrega.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 7 de agosto de 2013.

Sérgio Leite
Deputado

Às 1ª , 3ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1529/2013

Ementa: Dispõe sobre a construção de unidade de tratamento para recuperação de mulheres usuárias de drogas, no Estado de Pernambuco, em área apropriada para este fim, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O Estado de Pernambuco, observada a conveniência e oportunidade administrativas, bem como as disponibilidades financeiras e orçamentárias, adotará as providências necessárias para a construção de unidade de tratamento, devendo observar as especificações técnicas previstas na Resolução RDC nº 29 de 30 de junho de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme o discriminado na estrutura física a seguir:

I - Alojamento

a) quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de residentes e com área que permita a livre circulação; e

b) banheiro para residentes dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível com o número de residentes.

II - Setor de reabilitação e convivência

a) sala de atendimento individual;

b) sala de atendimento coletivo;

c) área para realização de oficinas de trabalho;

d) área para realização de atividades laborais; e

e) área para prática de atividades esportivas.

III - Setor administrativo

a) sala de acolhimento de residentes, familiares e visitantes;

b) sala administrativa;

c) área para arquivo das fichas dos residentes; e

d) sanitários para funcionários (ambos os sexos).

IV - Setor de apoio logístico

a) cozinha coletiva;

b) refeitório;

c) lavanderia coletiva;

d) almoxarifado;

e) área para depósito de material de limpeza; e

f) área para abrigo de resíduos sólidos.

§ 1º Os ambientes de reabilitação e convivência de que trata o inciso II deste artigo podem ser compartilhados para as diversas atividades e usos.

§ 2º Deverão ser adotadas medidas que promovam a acessibilidade a portadores de necessidades especiais.

§ 3º Todas as portas dos ambientes de uso dos residentes devem ser instaladas com travamento simples, sem o uso de trancas ou chaves.

Art. 2º Além das exigências dispostas nas normas de que trata o art. 1º, deverá ser criado um berçário que abrigue crianças de até 2 (dois) anos de idade, para que fiquem em poder de guarda da mãe em tratamento, o qual deverá ser composto de:

I - dormitório: ambiente que deve proporcionar um bom descanso, com boa ventilação e luz baixa, com acomodações para a mãe e a criança.

II - sala de atividades: ambiente que deve oferecer uma série de materiais, como giz de cera, papéis, livros, brinquedos pedagógicos e tintas, de acordo com a faixa etária, a qual deve contar com supervisor;

III - fraldário: ambiente de higiene, dotado de equipamentos conhecidos como “bebê-conforto” e recolhedores de lixo com tampa e pedal próximo ao lugar de troca de fraldas;

IV - lactário: ambiente de alimentação, composto por fogão, geladeira, microondas, esterilizador e ventilador; e

V - solário: espaço reservado para tomar sol.

§ 1º Os espaços devem estar alinhados com o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º Os berços, as roupas de cama, chupetas e brinquedos devem ser individuais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

Com grande satisfação justificamos o Projeto de Lei em tela que dispõe sobre a construção de unidade de tratamento para recuperação de mulheres usuárias de drogas, em área apropriada para este fim, e dá outras providências, com o intuito mister de consolidar o tratamento as dependentes químicas no Estado de Pernambuco, que está deficiente. Aproveitamos a oportunidade para ressaltar que em 18 de julho de 2003, foi sancionada a Lei nº 12.401/2003, autorizava o Governo do Estado de Pernambuco a construir 01 (uma) Casa para Recuperação de Drogados, em área da Região Metropolitana do Recife, que a mesma não foi ainda executada, e portanto faz-se de extrema necessidade a atenção as mulheres do Estado que não são amparadas e o número de usuárias cresce em proporção grandiosa.

Da forma como especifica o presente Projeto de Lei, o Estado de Pernambuco, observada a conveniência e oportunidade administrativas, bem como as disponibilidades financeiras e orçamentárias, adotará as providências necessárias para a construção

Recife, 13 de agosto de 2013

de unidade de tratamento, devendo observar as especificações técnicas previstas na Resolução RDC nº 29 de junho de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para que esteja completamente dentro das formas de lei vigentes no país.

Da forma como mencionado, esperamos então que o seguinte projeto seja aprovado e que a situação das drogas em Pernambuco mude definitivamente.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª , 2ª , 3ª , 6ª , 9ª , 11ª e 14ª Comissões.

Parecer de Comissão

Parecer N° 4466/2013

Parecer AO Substitutivo Nº 01/2013 do Projeto de Lei Complementar nºs 438/2011 e 1440/2013. Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco Autoria: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Complementar nºs 438/2011 e 1440/2013. ***Pela Aprovação.***

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação o **Substitutivo nº 01/2013** de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Complementar: PLC nº 438/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes, e PLC nº 1440/2013, oriundo do Poder Executivo e encaminhado através da Mensagem Governamental nº 049/2013, datada de 12 de junho de 2013, assinada pelo Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos, o qual solicitou a observação do regime de urgência de que trata o Art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do referido Projeto de Lei.

A atual proposição tem o objetivo de modificar a Lei Complementar nº 108, de 14 de maio de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas Corporações Militares do Estado.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a fim de compatibilizar os textos dos projetos de lei ora em análise, propôs Substitutivo com objetivo de restaurar a exigência de idade máxima de vinte e oito anos relativamente ao ingresso na carreira militar do Estado, excluído quando da edição da Lei Complementar Estadual nº 221, de 7 de dezembro de 2012.

2. Parecer do Relator

Considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentárias, financeiras e tributárias, opino pela **aprovação** do **Substitutivo nº 01/2013** de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Complementar: PLC nº 438/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes, e PLC nº 1440/2013, oriundo do Poder Executivo.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o **Substitutivo nº 01/2013** de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Complementar: PLC nº 438/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes, e PLC nº 1440/2013, oriundo do Poder Executivo, está em condições de ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 12 de agosto de 2013.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.

Relator : Clodoaldo Magalhães.

Favoráveis os (6) deputados: Diogo Moraes, Leonardo Dias, Raquel Lyra, Rodrigo Novaes, Sérgio Leite, Tony Gel.

Parecer da Mesa Diretora

Parecer N° 4467/2013

MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, de acordo com o

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do Art. 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os deputados Diogo Moraes (PSB), Pedro Serafim Neto (PDT), Rodrigo Novaes (PSD) e Zé Maurício (PP) membros titulares, e na ausência destes os membros suplentes deputados Daniel Coelho (PSDB), Francismar Pontes (PSD), Pastor Cleiton Collins (PSC), Rildo Braz (PRP) e Teresa Leitão (PT), para Reunião Ordinária da Comissão de Ciências, Tecnologia e Informática, a ser realizada no dia 13 agosto de 2013, às 11 horas, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

1 – DISTRIBUIÇÃO DE PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Ordinária nº 1518/2013, que institui o Processo eletrônico e dispõe sobre demais usos do meio eletrônico na tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
De autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

2 – DISCUSSÃO DE PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Ordinária nº 1497/2013, que institui a obrigatoriedade de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação por contribuinte do ICMS beneficiário de incentivo fiscal, bem como o Fundo de Inovação do Estado de Pernambuco – INOVAR-PE.
De autoria do Poder Executivo
Relatora: Deputada Teresa Leitão (Conteúdo)

RECIFE, 9 DE agosto DE 2013.

Deputada Terezinha Nunes
Presidente da Comissão de Ciência,
Tecnologia e Informática

COMISSÃO ESPECIAL DO ALVARÁ EM PERNAMBUCO EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco, nos termos do Artigo nº 118, Inciso I do Regimento Interno, os Deputados AUGUSTO CESAR (PSB), EDUARDO PORTO (PSDB), RICARDO COSTA (PTC), RODRIGO NOVAES (PSD) membros titulares e os suplentes DANIEL COELHO (PSDB), OSSÉSIO SILVA (PRB), ODACY AMORIM (PT), PASTOR CLEITON COLINS (PSC), e SÍLVIO COSTA FILHO (PTB) para se fazerem presentes na reunião, que realizar-se-á às 17 (dezesete) horas do dia 13 de agosto do corrente, no Plenarinho III, oportunidade em que será discutida a convocação de audiência pública para a discussão dos critérios de concessão de licenças e alvarás com as entidades responsáveis pela emissão dos respectivos documentos.

Recife, 09 de agosto de 2013

RECIFE, 9 DE agosto DE 2013.

Zé Maurício
Presidente da Comissão Especial do Alvará em Pernambuco

inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, analisando solicitação, através do Ofício nº 081/2013, do Deputado **André Campos**, no qual solicita licença em caráter cultural, no período de 11 a 19 de agosto de 2013, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América, sem ônus para esta Casa, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

Projeto de Resolução N° 1530/2013

Concessão de licença a deputado.

Ementa: Concede licença em caráter Cultural ao Deputado André Campos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença em caráter cultural nos termos do inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, ao Deputado André Campos, no período de 11 a 19 de agosto de 2013, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América, sem ônus para esta Casa.

Art. 2º Apresente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Mesa Diretora, em 12 de agosto de 2013.

MESA DIRETORA:

Deputado Guilherme Uchoa - Presidente
Deputado João Fernando Coutinho - 1º Secretário
Deputado Claudiano Martins Filho - 2º Secretário
Deputado Sebastião Oliveira Júnior - 3º Secretário
Deputado Eriberto Medeiros - 4º Secretário

Subemenda

Subemenda N° 01/2013

Para 2º turno

Art. 1º Modifica o art. 5º do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da sua publicação oficial.”

Art. 2º Esta subemenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A proposta que ora apresento a este Poder suprime o art. 3º do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2013, de autoria do deputado Pedro Serafim Neto, que determina às empresas que comercializam pilhas, baterias e aparelhos eletrônicos de pequeno porte, neste Estado, a instalação de coletores de lixo eletrônico. A iniciativa em tela se justifica pelo fato de que entidades representativas, a exemplo do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac, têm formulado Políticas de Resíduos Sólidos, com a finalidade de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental, visando a eficácia empresarial do setor de bens, serviços e turismo, através da realização de consultoria, monitoramento da implantação do processo de gestão ambiental, entre outras ações. De forma que achamos prudente a dilação do prazo, que hoje é de 120 dias, para que a Lei possa entrar em vigor.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Às 1ª, 3ª, 7ª e 12ª Comissões.

Indicações

Indicação N° 6611/2013

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um **VEEMENTE APELO** ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Eduardo Henrique Accioly Campos, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DNIT, Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente Regional do

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA) EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco nos termos dos artigos 93, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa o (a)s deputado (a)s: GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB) Vice-presidente, JÚLIO CAVALCANTI (PTB), FRANCISMAR PONTES (PSD) e TEREZINHA NUNES (PSDB), membros titulares e, na ausência destes, o(a)s suplentes: ADALTO SANTOS (PSB), ANTONIO MORAES (PSDB), MARY GOUVEIA (PSD), RAIMUNDO PIMENTEL (PSB) e RAQUEL LYRA (PSB), para se fazerem presentes à Audiência Pública com os Tecnólogos em segurança do Trabalho, que será realizada às 10 horas, do dia 14(quatorze) de agosto do corrente ano, no Auditório do 6º andar Anexo I do Edifício Nilo Coelho desta Casa Legislativa.

Sala da Comissão de Educação e Cultura.

RECIFE, 14 DE agosto DE 2014.

Deputada Teresa Leitão
Presidenta

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados Adalberto Cavalcanti (PHS), Claudiano Martins Filho (PSDB), Manoel Santos (PT) e Odacy Amorim (PT) membros titulares e na ausência destes os Deputados Ângelo Ferreira (PSB), Antônio Moraes (PSDB), Eriberto Medeiros (PTC), Everaldo Cabral (PSD) e Rodrigo Novaes (PSD) membros suplentes, para se fazerem presentes à reunião deste Colegiado, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2013, às 09 horas e 30 minutos, no Plenarinho II, localizado no 5º andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa, com a presença do Secretário de Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco, Sr. Aldo Santos, que tratará das ações de combate à seca, investimentos e captação das águas da chuva.

RECIFE, 12 DE julho DE 2013.

Deputado Diogo Moraes
Presidente

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados: Clodoaldo Magalhães (PTB), José Humberto Cavalcanti (PTB), Pastor Cleiton Collins (PSC) e Sérgio Leite (PT), membros titulares e os Deputados: Zé Maurício (PP), Terezinha Nunes (PSDB), Gustavo Negromonte (PMDB), Manoel Santos (PT) e Sebastião Oliveira Júnior (PR), membros suplentes deste Colegiado Técnico, para se fazer presentes à Reunião Ordinária nº 07 a ser realizada no dia 13 de agosto de 2013 às 11h00min, no Plenarinho II, 5º Andar do Anexo I do Palácio Joaquim Nabuco, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

DISTRIBUIÇÃO

- Projeto de Lei Ordinária nº 1467/2013, de autoria do Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Institui o sistema de cotas para ingresso de portadores de deficiência e com mobilidade reduzida, nas universidades estaduais e dá outras providências);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1469/2013, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Disciplina a comercialização do artefato pirotécnico, conhecido como sinalizador naval, utilizado para emissão do sinal de socorro em embarcações e dá outras providências);
- Substitutivo nº 01/2013 de autoria do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 1475/2013, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dá nova redação ao § 3º do art. 3º da Lei 12.657 de 08 de setembro de 2004, que institui o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CONED);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1478/2013, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Estabelece regras de segurança aos estabelecimentos comerciais e congêneres que disponham de áreas de lazer para o público infantil, no âmbito do Estado de Pernambuco);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1479/2013, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Proíbe, no âmbito do Estado de Pernambuco, a divulgação de imagens de tortura contra crianças e adolescentes);
- Projeto de Resolução nº 1487/2013, de autoria do Deputado Ossésio Silva (Ementa: Concede a medalha Leão do Norte, classe ouro, mérito Zumbi dos Palmares, à Exma. Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1492/2013, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE a ceder o direito de uso do imóvel que indica);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1503/2013, de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti (Ementa: Determina que as empresas concessionárias de abastecimento d'água, saneamento e esgoto (COMPESA); de energia elétrica (CELPE); telefonia e assemelhados, sejam elas, públicas, cooperadas ou privadas, deverão emitir mensalmente a conta de seus respectivos serviços, para as propriedades, vilas, assentamentos e residências das Zonas Rurais dos municípios pernambucanos, e dá outras providências.);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1505/2013, de autoria do Deputado Aglailson Júnior (Ementa: Determina a obrigatoriedade da Empresa Concessionária de Serviços de Abastecimento e Saneamento – COMPESA, de enviar aos seus usuários, as contas devidamente lacradas, no âmbito do Estado de Pernambuco);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1517/2013, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.369, de 14 de dezembro de 2007, que institui o Programa Popular de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos de Automotores);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1522/2013, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 15.021, de 20 de junho de 2013);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1523/2013, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Dispõe sobre o direito da inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos aos serviços públicos prestados, no âmbito da administração pública estadual, direta e indireta, autárquica e fundacional e dá outras providências);
- Projeto de Lei Ordinária nº 1525/2013, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Dispõem sobre a programação de mandatos de conselheiros tutelares em todo território do Estado de Pernambuco);

DISCUSSÃO

14. Projeto de Lei Ordinária nº 1525/2013, de autoria do Deputado Ossésio Silva (Ementa: Concede a Medalha Leão do Norte, classe ouro, mérito Zumbi dos Palmares, a Exma. Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República Luiza Barros).

RECIFE, 12 DE agosto DE 2013.

Deputado Betinho Gomes
Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

DNIT em Pernambuco, Engº Euclides Bandeira Souza Neto, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, Dr. Isaltino Nascimento, ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER/PE, Dr. José Carlos Cavalcanti Júnior, ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Operações e Construções do DER/PE, Engº José Carlos Antunes Lima e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE, Dr. Francisco de Assis Benício Coelho, no sentido de envidarem esforços necessários para procederem a construção urgente a **CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO CRUZANDO A BR 101, SUL DE PERNAMBUCO, NO RETORNO EM FRENTE DA FÁBRICA DA VITARELLA, NO BAIRRO DE PRAZERES, MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES, COM SENTIDO A PONTEZINHA, MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE.**

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Eduardo Henrique Accioly Campos, na Sede Provisória do Governo, Acesso pela Entrada Principal do Teatro Guararapes, Av. Professor Andrade Bezerra – Centro de Convenções de Pernambuco, Complexo Salgadinho, Olinda/PE, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Transportes, Dr. Paulo Sérgio Passos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, CEP 70.044-900, Brasília/DF, ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DNIT, Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, na SAN Quadra 03, Bloco A, Edf. Núcleo dos Transportes, Brasília-DF, CEP 70.040-902, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente Regional do DNIT em Pernambuco, Engº Euclides Bandeira Souza Neto, na Avenida Antônio de Góes, nº 820, Pina, Recife/PE, CEP 51.010-000, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes, Dr. Isaltino Nascimento, na Avenida Cruz Cabugá, nº 1111, bairro de Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.040-000, ao Excelentíssimo Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER-PE, Engº. José Cavalcanti Carlos Júnior, ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Operações e Construções do DER/PE, Engº José Carlos Antunes Lima e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE, Dr. Francisco de Assis Benício Coelho, e ao Ilustríssimo Senhor Cláudio Ferreira Lins, Praça de Santana, Centro, Catende/PE.

Justificativa

Este pleito é da maior importância que seja urgentemente atendido, a construção de um Viaduto cruzando a BR 101, Sul de Pernambuco, no retorno em frente da fábrica da Vitarella, no bairro de Prazeres, município de Jaboatão dos Guararapes, no sentido Pontezinha, município do Cabo de Santo Agostinho. A construção do referido viaduto visa atender ao clamor dos motoristas que ali trafegam diuturnamente, haja vista os congestionamentos e acidentes que ocorrem com frequência devido à necessidade dos veículos cruzarem a BR 101, com destino a Pontezinha, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Ante ao exposto, considerando a relevância do objeto desta proposição e o elevado alcance social e a necessidade urgente da obra aqui solicitada, estamos encaminhando a presente indicação, restando justificada a apresente proposição, solicitamos aos ilustres pares a aprovação da mesma.

Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2013.

Rildo Braz
Deputado

Indicação N° 6612/2013

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Recife, **Geraldo Júlio**, no sentido de providenciar a **demolição de um prédio de 15 (quinze) andares abandonado**, localizado na Rua Teles Júnior, esquina com a Rua General Arthur Oscar, próximo ao Edifício Praia de Jurubaíba, 155 – B – Afilitos - Recife/PE, que, há mais de 18 anos, não vem recebendo qualquer tipo de manutenção, colocando em risco a vida dos moradores das redondezas e cidadãos que transitam pela localidade.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Recife, **Geraldo Júlio**, com endereço à Avenida Martin Luther King, 925, Cais do Apolo, Recife/PE - CEP: 50030-230; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito da Cidade do Recife, **Luciano Siqueira**, com endereço à Avenida Martin Luther King, 925, Cais do Apolo, Recife/PE-CEP: 50030-230; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Recife, **Vicente André Gomes**, com endereço à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50050-450; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **André Ferreira Rodrigues**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50050-450; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Antonio Luiz da Silva Neto**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50050-450, á Excelentíssima Senhora Vereadora, **Priscila Krause Branco**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Estefano Barbosa dos Santos**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Aerto Luna**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450,

ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Aimee Carvalho**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Alfredo Santana**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, á Excelentíssima Senhora Vereadora, **Aline Mariano**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Almir Fernando**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Amaro Cipriano**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista - Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **André Regis**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Augusto Carreras**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Davi Muniz**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Eduardo Chera**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Eriberto Rafael**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Eurico Freire**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Felipe Francismar**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Henrique Leite**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, á Excelentíssima Senhora Vereadora, **Isabella de Rodão**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Jurandir Liberal**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Marcos Aurélio Medeiros**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Marcos Gomes de Bria**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, á Excelentíssima Senhora Vereadora, **Missionária Michele Collins**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Wilton Brito**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Raul Belens Jungmann Pinto**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Jairo Xavier de Britto**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Carlos Alberto Gueiros**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Rogério de Luca**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Edmar de Oliveira e Silva**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Eduardo de Amorim Marques da Cunha**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Gilberto Dário de Melo Alves**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Jadeval Manoel de Lima**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Luiz Eustáquio Ramos Neto**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Osmar Ricardo Cabral Barreto**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Recife, **Aderaldo Pinto**, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-450, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, **Eduardo Melo Catão**, com endereço à Rua do Riachuelo, 105, Sobreloja, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-913; a Senhora **Carmem Coelho**, síndica do Edf. Praia de Jurubaíba, com endereço à Rua Teles Júnior, 155-B, apto 1302 – Afilitos – Recife/PE – CEP: 52040-050 e a Senhora **Léa Samico Cabral de Mello**, Endereço: Rua Teles Júnior, 155-B, apto 1002 – Afilitos – Recife/PE – CEP: 52040-050.

Justificativa

A proposição em pauta teve como origem a solicitação da Senhora Carmem Coelho, síndica do Edifício Praia de Jurubaiba, e da Senhora Léa Samico Cabral de Mello, presidente do Conselho Administrativo.

Na oportunidade, representando a vontade de todos os condôminos, elas informaram que desde que foram residir na localidade, em dezembro de 1997, o prédio de vários andares já se encontrava abandonado. Desde 1999, o terreno onde se encontra esse prédio abriga uma espécie de galpão de depósito e serviços da Construtora Triedo, que nada fez para melhorar a segurança do empreendimento.

Por meio de uma vistoria feita por um profissional qualificado, constatou-se a que existe a possibilidade de desabamento, o que poderá causar danos materiais de grande porte e até ceifar vidas dos seus moradores e cidadãos que diariamente transitam no local.

Ante tais considerações, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que dispensem à proposição em tela a necessária acolhida, no intuito de sua viabilização, visando evitar uma futura catástrofe.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 6613/2013

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos, Governador do Estado de Pernambuco, no sentido de redefinir o quadro organizacional do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Wilson Salles Damazio, Secretário de Defesa Social, com endereço a rua São Geraldo, 111 – Santo Amaro– Recife – PE – CEP 50040-020, ao Exmo. Sr. Mário Cavalcanti de Albuquerque, Secretário da Casa Militar com endereço a sede provisória do Governo na Avenida Agamenon Magalhães, 200 – Salgadinho – Olinda – PE – CEP 53110-710 e ao Exmo. Sr. Cel BM Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco com endereço na Avenida João de Barros, 399 -Boa Vista – Recife – PE.

Justificativa

A redefinição é importante uma vez que, atualmente, consta no quadro de pessoal 196 (cento e noventa e seis) bombeiros militares formados nos ano de 1995 e 1998, os quais se encontram impedidos de galgar a promoção de cabo, mesmo após 18 anos de serviços prestados à sociedade pernambucana. Então, como a meta do Governo é contemplar, através da promoção, os servidores do Estado visando prestigiar aqueles que contribuíram para o fortalecimento do Programa do Pacto pela Vida, este apelo tem como objetivo central transformar, na lei de fixação de efetivo do CBMPE, cargos de soldados, ora existentes, em novos cargos de cabos.

Tal medida visa também reorganizar o efetivo do Corpo de Bombeiros, seja praça ou oficial, a uma nova realidade em face da crescente demanda dos serviços em todo o Estado

Sala das Reuniões, em 5 de agosto de 2013.

Guilherme Uchôa
Deputado

Indicação N° 6614/2013

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja encaminhado um apelo ao Exmo.Sr. Prefeito da Cidade de Olinda, Sr. Renildo Calheiros, ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes e Trânsito da Prefeitura de Olinda, Sr. Oswaldo Lima Neto, no sentido de unirem esforços para instalação de semáforo na Av. Fagundes Varela, Jardim Atlântico, Olinda, próximo à Casa Lotérica Jardim Atlântico ou Posto BR em Olinda.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr.Prefeito da Cidade de Olinda, Renildo Calheiros, Rua São Bento, 123, Varadouro, Olinda, CEP 53020080, ao Secretário de Transportes e Trânsito de Olinda,Sr. Oswaldo Lima Neto, Estrada de Bonsucesso, 306, Bonsucesso, CEP 53240-150, Oliinda/PE, ao Diretor de Trânsito, Sr. Girlam Nunes, Estrada de Bonsucesso, 306, Bonsucesso, CEP 53240-150, Olinda/PE

Justificativa

O presente pedido tem como objetivo atender aos constantes apelos da população que necessitam com urgência, instalação de semáforo na Av, Fagundes Varela, Jardim Atlântico, nas proximidades da Casa Lotérica Jardim Atlântico ou Posto BR em Olinda.

Os moradores da Rua Fagundes Varela, estão receosos de transitar pela referida via, por causa dos diversos abusos de veículos em alta velocidade e trânsito pesado. A velocidade acima do permitido é uma das causas de acidentes, bem como, a imprudência de motoristas que ultrapassam os limites impostos pela Lei de Trânsito, pondo em risco a vida de muita gente.

Um dos pontos mais críticos é nas imediações da Casa Lotérica Jardim Altântico, onde grande parte da população faz seus pagamentos, incluindo-se aí idosos, gestantes e até pessoas com mobilidade reduzida.

Por ser uma questão de atendimento de alto cunho social e de sobrevivência humana, é que tomamos a iniciativa de nos dirigirmos á Secretaria de Transportes e Trânsito de Olinda, com intuito de estudo da real necessidade de instalação de semáforo.

Recife, 13 de agosto de 2013

Sendo assim, atentando para a falta de segurança dos pedestres que transitam pela via mencionada, solicito dos meus pares aprovação para esta Indicação.

Sala das Reuniões, em 9 de agosto de 2013.

Mavaiel Cavalcanti
Deputado

Indicação N° 6615/2013

Indicamos à Mesa, ouvido Plenário, e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Administração do Estado, Décio Padilha, no sentido de viabilizar a implantação de uma unidade do Expresso Cidadão no município de Paulista, neste estado, preferencialmente no Shopping Norte Janga.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Secretário de Administração do Estado, **Décio Padilha**, com endereço na Av. Antônio de Góes, nº 194, Bairro do Pina, Recife - PE, CEP: 51.010-000; ao Ilmo. Sr. Gerente Geral do Shopping Norte Janga, **Paulo Kruse**, na Av. Cláudio José Gueiros Leite, nº 2491, Paulista – PE, CEP: 53.437-000 e aos Jornais do Comercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, todos neste Estado.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo ao Secretário de Administração do Estado, visando à implantação de uma unidade do Expresso Cidadão no município de Paulista, preferencialmente no Shopping Norte Janga.

A realização do referido pleito certamente colaborará com o desenvolvimento social não somente dos mais de 300 mil habitantes da cidade em sugestão, mas também dos municípios circunvizinhos, que não disponibilizam dos serviços prestados do expresso em seus municípios.

Atualmente o processo de emissão da carteira de identidade encontra-se totalmente defasado na localidade, realizados no Núcleo de Polícia de Paulista. Para conseguir então, a retirada dos documentos muitos dos munícipes são obrigados a se deslocar aos vários expressos cidadãos do Recife.

A cédula de identidade é o documento mais solicitado e utilizado por nós brasileiros, e a instalação do Expresso Cidadão neste município com certeza irá não só facilitar a sua retirada, como também colaborará com a vida social de todos os pernambucanos que residem nas proximidades, uma vez que o programa realiza a retirada de vários importantes documentos.

Portanto, em virtude do que foi exposto, nada mais justo que seja implantada uma unidade do Programa Expresso Cidadão no município de Paulista, o atendimento ao referido pleito certamente trará melhorias significativas a toda região, já que irá contribuir com a melhoria e o desenvolvimento social desta localidade.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 8 de agosto de 2013.

Sérgio Leite
Deputado

Indicação N° 6616/2013

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo ao Diretor Regional dos Correios em Pernambuco, **Pedro Luiz Mota Soares**, no sentido de providenciar a instalação de um posto dos Correios no Povoado do Rafael, em Caruaru, no Agreste Central do Estado de Pernambuco.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao Diretor Regional dos Correios em Pernambuco, **Pedro Luiz Mota Soares**, com endereço na Av. Guararapes, 250, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 51900-100; ao presidente da Associação de Moradores do Povoado do Rafael, **José Natélio de Oliveira**, com endereço na rua Gercina Xavier de Oliveira, 124, Povoado do Rafael, Caruaru-PE, CEP: 55000-000; e aos vereadores da Câmara Municipal de Caruaru: **Cecílio**, **Demóstenes Veras**, **Edijailson**, **Edmilson do Salgado**, **Eduardo Cantarelli**, **Evandro Silva**, **Gilberto de Dora**, **Jadriel**, **Jajá**, **Leonardo Chaves**, **Louro do Juá**, **Lula Torres**, **Marcelo Gomes**, **Neto**, **Ranilson**, **Ricardo Liberato**, **Romildo**, **Rozael**, **Sivaldo Oliveira** e **Val**, todos com endereço na rua 15 de Novembro, 201, Centro, Caruaru-PE, CEP: 55003-904.

Justificativa

O Povoado do Rafael está localizado na zona rural do Município de Caruaru, no Agreste Central de Pernambuco. O presente apelo visa atender a uma antiga reivindicação da população daquela localidade, a qual foi solicitada por meio da sua associação de moradores.

Muitas pessoas que ali residem, as quais vivem da sulanca, por exemplo, se queixam da ausência de uma unidade dos Correios. Esse fato tem ocasionado transtornos, a exemplo da impossibilidade de se retirar CNPJ, visto que não existe CEP naquela área.

Recife, 13 de agosto de 2013

Ademais, o representante daquela comunidade tem que se deslocar ao centro de Caruaru para buscar as correspondências, bem como de povoados circunvizinhos, como Jurití e Contênda. De forma que é imprescindível a instalação de um posto desta instituição, o que certamente beneficiará todo o povoado, trazendo, sobretudo, agilidade no envio e recebimento de documentos, entre outros serviços.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Tony Gel
Deputado

Indicação N° 6617/2013

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo à Ministra de Estado, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello**, e ao Superintendente Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, **Valdomiro Sampaio Martins**, no sentido de providenciarem a inclusão do Povoado do Rafael, localizado no Município de Caruaru, neste Estado, no Programa de Abastecimento Social denominado Distribuição de Cestas de Alimentos. Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento à Ministra de Estado, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello**, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 5º andar, CEP 70046-900 - Brasília/DF; ao Superintendente Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, **Valdomiro Sampaio Martins**, com endereço na rua Estrada do Barbalho, nº 960, Iputinga-Recife-Pe, CEP: 50690-000; ao presidente da Associação de Moradores do Povoado do Rafael, **José Natércio de Oliveira**, com endereço na rua Gercina Xavier de Oliveira, 124, Povoado do Rafael, Caruaru-PE, CEP: 55000-000; e aos vereadores da Câmara Municipal de Caruaru: **Cecílio, Demóstenes Veras, Edijailson, Edmilson do Salgado, Eduardo Cantarelli, Evandro Silva, Gilberto de Dora, Jádriel, Jajá, Leonardo Chaves, Louro do Juá, Lula Torres, Marcelo Gomes, Neto, Ranilson, Ricardo Liberato, Romildo, Rozael, Sivaldo Oliveira e Val**, todos com endereço na rua 15 de Novembro, 201, Centro, Caruaru-PE, CEP: 55003-904.

Justificativa

A matéria que ora apresento a esta Casa Legislativa visa atender a uma reivindicação da Associação de Moradores do Povoado do Rafael, situada na Zona Rural de Caruaru, no Agreste Central do Estado de Pernambuco. Trata-se de uma região onde muitas pessoas são carentes, as quais não vêm sendo beneficiadas por ações de iniciativa da administração pública.

Distribuição de Cestas de Alimentos é uma importante ação governamental, visto que objetiva garantir, de maneira regular, um composto alimentar a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a indicação dos beneficiários e à Conab, no contexto do citado programa, a aquisição, armazenagem e distribuição dos alimentos.

Com o atendimento ao referido apelo, estarão as referidas instituições atendendo a uma importante demanda, ou seja, cumprindo com o seu papel social de oferecer alimentos adequados. A referida ação também fortalecerá a rede pública de alimentação e nutrição naquela localidade.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Tony Gel
Deputado

Requerimentos

Requerimento N° 2463/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, no dia de hoje, Voto de Congratulações à população do município de Correntes/PE, pela passagem dos seus 130 anos de Emancipação Política, que ocorrerá no dia 27 de agosto do corrente.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor **Eduardo Campos**, Governador de Pernambuco, no Centro de Convenções , com endereço Avenida Governador Agamenon Magalhães - Salgadinho, Olinda - PE, 53110-710; ao Excelentíssimo Senhor **João Lyra Neto**, Vice- Governador de Pernambuco, no Palácio Frei Caneca, com endereço à Avenida Cruz Cabugá, 1211 – Santo Amaro-CEP: 50.040-000-Recife/PE; ao Excelentíssimo Senhor **Tadeu Alencar**, Secretário da Casa Civil, no Centro de Convenções, com endereço Avenida

Governador Agamenon Magalhães - Salgadinho, Olinda - PE, 53110-710; ao Excelentíssimo Senhor **Milton Coelho**, Secretário de Governo, com endereço no Centro de Convenções, Avenida Governador Agamenon Magalhães - Salgadinho, Olinda - PE, 53110-710; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Cultura de Pernambuco, **Fernando Duarte**, com endereço à Rua da Aurora, 463, Boa Vista, Recife/PE, BR - Fax: (81) 3184-3004 - CEP 50.050-000; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Correntes, **Edmilson da Bahia de Lima Gomes**, com endereço à Praça Agamenon Magalhães, 64 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Correntes, **Adalto Calado**, com endereço à Praça Agamenon Magalhães, 64 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Correntes, Vereador **José Cardoso Soares**, com endereço à Praça Agamenon Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Correntes, **Adelvandro Francisco da Silva**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Correntes, **Cícero da Silva**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Correntes, **Antonio Carlos Cordeiro Alves**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Correntes, **Gilberto Pereira Vasconcelos Filho**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Correntes, **Jádriel Tenório de Melo**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Correntes, **José Clovis Monteiro de Vasconcelos**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Correntes, **Renato Figueiredo Calado**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Correntes, **Ocione Barbosa da Silva**, com endereço à Praça Agamenom Magalhães,115 – Centro – Correntes/PE – CEP: 55315-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntes**, com endereço à Praça Joaquim Leão, s/n - Centro – Correntes/PE - CEP: 55315-000 e a **Direção da Rádio Correntes**, com endereço no Sítio Areias, s/n – Zona Rural – PE – CEP: 55.315-000.

Justificativa

A origem do nome do município vem de um rio de 3 nascentes (que se chama 3 correntes) e tem a denominação de rio das Correntes. Em 1826, o português Antônio Machado Dias, abastado fazendeiro que residiu no local onde hoje é a cidade de Correntes, fez construir uma igreja dedicada ao santo de seu nome. Esse fato, gerador da criação de muitas povoações no Brasil, atraiu grande número de pessoas que se foram agrupando em torno do templo, formando a povoação que tomou o nome de Barra de Correntes, posteriormente simplesmente para Correntes. A invocação da igreja foi depois mudada para a de Nossa Senhora da Conceição. Em 26 de julho de 1848 a Lei Provincial nº 204 elevou o povoado de Correntes à categoria de vila qual foi supressa em 30 de maio de 1849 pela Lei Provincial nº 1.423 recriou a vila, com a denominação de Vila da Conceição, e criou no mesmo lugar a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Correntes, tendo como sede a nova vila. A reinstalação ocorreu em 27 de agosto de 1883. Correntes foi constituído em município autônomo em 12 de abril de 1893, com base no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 3 de agosto de 1892. A Lei Estadual nº 991, de 1º de julho de 1909, elevou a sua sede à categoria de cidade. A vila de Correntes fora criada pela lei provincial nº204, de julho de 1848, o primeiro território desmembrado do município de Garanhuns, que passava à categoria de município. O município de Correntes possui alguns atrativos turísticos naturais na região, como a Bica do Jasso, a nascente do Rio Corrente e a belíssima vista do Alto São José, onde fica localizada a estátua do Padre Cícero.

A manifestação folclórica do Boi da Macuca é o destaque folclórico da cidade, acompanhado da banda de pífano e do forró de zabumba.

Ante o exposto, é que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa a melhor das acolhidas para esta proposição.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Ricardo Costa
Deputado

Requerimento N° 2464/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja registrado um Voto de Pesar pelo falecimento da senhora Helena Cavalcanti de Petribú, mulher que se destacou na sociedade pernambucana por seu trabalho dedicado às pessoas mais necessitadas. O falecimento ocorreu neste domingo, 11/08/2013.

Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à família na pessoa do senhor Jorge Petribú, no endereço Rodovia Paulo Petribú, PE-53 Km 5, Engenho Petribú – Zona Rural CEP 55840-000 e ao presidente do Sindicato Sindaçucar, Renato Cunha, Rua Cais da Alfândega,130 Bairro do Recife – Recife PE CEP 50030-100.

Justificativa

Conhecida por seu trabalho de ação social, dona Helena estava à frente dos projetos de responsabilidade social da Usina Petribu. Ela ajudou a fundar um centro social que, durante mais de 30 anos, funcionou junto à escola da usina. Orientava esposas e filhas de funcionários a fazer bordados finos e também ensinava culinária para que as mulheres pudessem ajudar na renda familiar. Os bordados ensinados por Dona Helena ganharam as vitrines de todo o Brasil, principalmente no Sudeste, e também foram expostos no exterior, com destaque para Paris. A casa da família no bairro da Madalena, Zona Norte do Recife, era outro palco constante de exposição dos trabalhos.

Viúva de uma das mais representantes figuras da indústria da cana-de-açúcar no Brasil, o empresário Paulo Cavalcanti de Petribú, dona Helena faleceu aos 88 anos, em consequencia de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Mãe de oito filhos e 24 netos, deixa um legado de dedicação e respeito ao próximo.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Terezinha Nunes
Deputado

Requerimento N° 2465/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja concedido voto de aplauso a Vânia Lêdo pelo lançamento do livro “*Sabor Champagne*”, no dia 01 de agosto de 2013.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vânia Lêdo, com endereço à Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 16, apto 801 - Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP: 54420-020.

Justificativa

Em seu livro, o romance Sabor Champanhe, a médica e ex-primeira-dama de Itacuruba - PE por três vezes, Vânia Lêdo, descreve com intensidade, sensualidade e doçura os sentimentos humanos, demonstrando até onde as pessoas são capazes de ir quando se permitem amar.

Relata uma história de amor à primeira vista entre Anthony, um poderoso político casado e ameaçado de morte e Lorena, uma fisioterapeuta, ex-miss, voltada para o trabalho, e atormentada pelo passado.

No romance, Vânia aborda temas como posse, crimes e perseguições políticas, sempre com muita emoção. Por ser o livro muito envolvente, os personagens do livro até parecem ter vida. O romance que envolve o livro Sabor Champanhe é inspirado em fatos da vida da autora e de pessoas próximas, permitindo à Vânia, a realização de um grande sonho, escrever um romance com sensualidade, amor, muita ação e emoção. Por esta iniciativa peço os votos dos meus ilustres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Sílvio Costa Filho
Deputado

Requerimento N° 2466/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja concedido voto de aplauso à Folha de Pernambuco, pelo novo projeto gráfico e editorial. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Presidente Eduardo Monteiro e à Folha de Pernambuco, ambos com endereço à Avenida Marquês de Olinda, 105, Bairro do Recife - PE. CEP: 50.030-000. Telefones: 342-55831 e 342-55894.

Justificativa

A Folha de Pernambuco desenvolveu mudanças significativas no projeto gráfico e editorial do jornal impresso, com o intuito de deixar o jornal ainda mais dinâmico e moderno, embasado em pesquisas, estudos e intercâmbios entre jornais de vários estados. Para tornar a leitura ainda mais rápida e dinâmica, o novo projeto contém textos mais curtos e os infográficos (gráficos que contém informações) estarão presentes em grande parte das matérias, dentre outras alterações que tornaram o jornal ainda mais organizado, legível e interativo.

Hoje, indo além das fronteiras sociais, a versão online da Folha de Pernambuco, já atinge trezentos e quatro mil leitores com o portal FolhaPe, segundo a IPOS Marplan: deles, cento e quatro mil estão nas classes A e B, cento e setenta e um mil na C e vinte e nove mil, nas classes D e E.

Com quinze anos de existência, a Folha de Pernambuco inicia nova fase, com o objetivo de oferecer o melhor aos seus leitores,

possuindo um desafio que não lhe é estranho: agregar novos leitores e manter o público atual.

Sendo apresentada a importância da Folha de Pernambuco para o processo democrático de informação aos pernambucanos, peço os votos dos meus ilustres para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Sílvio Costa Filho
Deputado

Requerimento N° 2467/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja formulado Moção de Pesar pelo falecimento de Cláudio Galindo,ex-prefeito de Afrânio ocorrido no último dia 03 de agosto de 2013.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Exma. Sra. Lucia Mariano Prefeita da Cidade de Afrânio , com endereço na Rua cel Clementino Coelho , 203 _Centro_Afrânio/PE CEP 56.360-000 e ao Exmo.Sr. José de Brito, presidente da Câmara de Vereadores de Afrânio, com endereço na Rua Petrolina ,18 _ Centro_Afrânio/PE CEP 56.360-000, à esposa e filhos do falecido.

Justificativa

Ex-Prefeito da cidade de Afrânio no Sertão do São Francisco, Cláudio Galindo 54 anos, estava internado em um hospital na capital pernambucana e lutava contra um câncer nos ossos.

Cláudio Galindo governou o município de Afrânio de 1996 a 2000 foi importante pessoa na história e reserva moral da cidade e região. A morte precoce deixa familiares e amigos consternados com a prematura ausência.

Por todo o exposto, solicito a aprovação de presente requerimento aos ilustres pares.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Isabel Cristina
Deputado

Requerimento N° 2468/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizada uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, através da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça para discutir sobre a autonomia da Defensoria Pública. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Dr. Tadeu Alencar, Secretário Chefe da Casa Civil do Estado.

Justificativa

Tal solicitação atende a uma necessidade da Categoria, que precisa desta autonomia para melhor desenvolver o seu trabalho.

Sala das Reuniões, em 8 de agosto de 2013.

Daniel Coelho
Deputado

Requerimento N° 2469/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais,que seja enviado Voto de Aplauso aos senadores Armando Monteiro, Humberto Costa e Jarbas Vasconcelos, e aos deputados Bruno Araújo, Fernando Ferro, Inocêncio Oliveira, Mendonça Filho, Paulo Rubem Santiago, Sérgio Guerra e Sílvio Costa, por estarem entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, de acordo com pesquisa do departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), do Congresso Nacional.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento aos parlamentares nos endereços:

Bruno Araújo Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Gabinete: 718 - Anexo: IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Fernando Ferro Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados Gabinete: 427 - Anexo: IV CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Inocêncio Oliveira - Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Gabinete: 26 - Anexo: II - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Mendonça Filho - Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados Gabinete: 314 - Anexo: IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Paulo Rubem - Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Gabinete: 423 - Anexo: IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Sérgio Guerra - Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Gabinete: 754 - Anexo: IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Sílvio Costa - Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Gabinete: 417 - Anexo: IV - CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Armando de Queiroz Monteiro Neto - Praça dos Três Poderes, Brasília –DF, 70165-900 Ala Afonso Arinos gab. 01
Humberto Sérgio Costa Lima - Praça dos Três Poderes, Brasília –DF, 70165-900 Ala Filinto Müller gab. 01

Jarbas de Andrade Vasconcelos
Praça dos Três Poderes, Brasília –DF, 70165-900, Ala Senador Dinarte Mariz, gab. 04

Justificativa

De acordo com levantamento feito pelo departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), do Congresso Nacional, dez parlamentares pernambucanos aparecem entre os 100 nomes mais influentes no Senado e na Câmara Federal.

A pesquisa do Diap, levou em consideração a atuação dos 513 deputados e 81 senadores no período de fevereiro a julho de 2013, referente a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações.

A avaliação do desempenho dos parlamentares também é mensurada com base na votação dos profissionais de imprensa que fazem a cobertura jornalística do Congresso Nacional. Esse resultado mostra que o Pernambuco congrega uma representativa classe política trabalhadora que merece o respeito do País. Nesse sentido proponho aos colegas deputados um voto de aplauso aos parlamentares citados em reconhecimento ao que realizaram, no sentido de fazer Pernambuco figurar como o sendo estado com mais parlamentares na lista do Diap, só perdendo para o estado de São Paulo.

Sala das Reuniões, em 8 de agosto de 2013.

Terezinha Nunes
Deputado

Requerimento N° 2470/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo **“A voz das ruas e as ouvidorias públicas: uma questão de direitos humanos”**, publicado no Blog do Magno Martins, no dia 07 d agosto de 2013, de autoria do Exmo. Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Dr. Dirceu Rodolfo de Melo Júnior.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Dr. Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, com endereço na Rua da Aurora, 885, Boa Vista, Recife – PE, CEP 50050-910, a Exma. Sra. Presidenta do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Dra. Teresa Duere, com endereço na Rua da Aurora, 885, Boa Vista, Recife – PE, CEP 50050-910 e ao Ilmo. Sr. Jornalista Magno Martins, com endereço na Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 1003, Edf. Empresarial Antônio de Albuquerque Galvão, Espinheiro, Recife – PE, CEP 52021-170.

Justificativa

O artigo **“A voz das ruas e as ouvidorias públicas: uma questão de direitos humanos”**, de autoria do Conselheiro do Tribunal de contas do Estado de Pernambuco, Dr. Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, versa sobre a participação direta do cidadão no governo como direito fundamental e como as ouvidorias podem contribuir para o diálogo entre o cidadão e o órgão público.

Pela importância do artigo em pauta, solicito aos ilustres pares a aprovação deste Requerimento.

Abaixo segue a transcrição do Artigo.

A voz das ruas e as ouvidorias públicas: uma questão de direitos humanos

Autor: Dirceu Rodolfo de Melo Júnior.

As manifestações nas ruas, com justas reivindicações por melhorias nos serviços públicos e no combate à corrupção, colocam como desafio, para todas as autoridades públicas, engendrar meios para um diálogo direto com os cidadãos. As ouvidorias, já existentes em muitos órgãos e poderes públicos, são basilares para buscar este bom colóquio entre sociedade civil (organizada ou não) e autoridades.

Não podemos descuidar que a interação do cidadão comum com os poderes públicos governamentais passa pela educação em sentido amplo. Podemos ver na obra do filósofo Sócrates, do período clássico da Grécia antiga, a importância do diálogo, como método de educação. Segundo Sócrates, o diálogo direto entre interlocutores era o fundamental. Para o filósofo ateniense, educar era despertar o “espírito”, fazendo com que o educando, através do diálogo sem obstáculos, alcançasse a “iluminação” de sua consciência e inteligência.

O povo está excessivamente distante dos poderes públicos, como podemos constatar da voz nas ruas. É indubitável a falta de diálogo direto entre o povo e as autoridades públicas. Os órgãos e poderes públicos descuidaram da função de educar, através do diálogo (no sentido sócrático), sobre a participação do cidadão comum na coisa pública. Na verdade, este importante ofício das autoridades, de cultivar a participação direta do cidadão nos assuntos públicos, deixa muito a desejar.

Não há diálogo, não há interação, mas sim “encastelamento” das autoridades nos gabinetes, alheias ao povo. É veemente a reprovação da população desta omissão das autoridades. O cidadão comum participar diretamente do governo de seu país não é uma necessidade surgida em junho, ou mesmo neste século. É um direito inato, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabeleceu em seu artigo XXI;

“Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço

público do seu país. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto”.

A participação direta do cidadão no governo é, portanto, um direito humano fundamental.

Nestes tempos de internet, redes sociais e “aldeia global”, é urgente a criação de mecanismos efetivos de diálogo direto e respeitoso entre o cidadão comum e as autoridades “encasteladas”. O voto na urna, de quatro em quatro anos, não basta. O cidadão brada por ser ouvido agora. A democracia representativa deve ceder espaço à democracia direta, sem quaisquer desdouros aos representantes eleitos na sociedade.

As ouvidorias deveriam ser a ligação entre o cidadão e as autoridades. Entretanto, infelizmente, ainda são órgãos muito acanhados em todas as esferas da administração pública brasileira. Da parte do cidadão, há um copioso desconhecimento do verdadeiro potencial das ouvidorias de órgãos públicos, apesar das recentes luzes lançadas pela Lei Federal de Acesso à Informação. Da parte dos poderes públicos, ainda é pequeno o número de ouvidorias, sendo que, quando existentes, muitas obliteram sua verdadeira tarefa, querendo ser uma defensora disfarçada das falhas do serviço público.

As ouvidorias devem ser os verdadeiros representantes do cidadão comum dentro dos órgãos públicos, esquecendo a prática repreensível de ser um “escudo” contra reclamações.

Diante das ruas exigindo novas posturas, as ouvidorias devem estar preparadas para tornar efetivo o direito humano de participação na gestão pública. O cidadão não pode temer o contato direto com um órgão público. As ouvidorias precisarão receber e responder as reclamações, críticas e sugestões dos cidadãos. As respostas devem ser rápidas, claras e conclusivas. O cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos, através de suas ouvidorias, informações sobre a gestão pública praticada; sobre as medidas adotadas para melhor qualidade dos serviços públicos; e sobre os controles das verbas públicas.

As ouvidorias são os órgãos fundamentais para o aumento da democracia direta exigido pelas ruas. A participação direta do cidadão na gestão pública é uma questão de direitos humanos. Os órgãos públicos precisam despertar para o real papel das ouvidorias.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Requerimento N° 2471/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja adiada a data da Reunião Solene em homenagem aos **60 anos do Grupo Queiroz Galvão do dia 10 de setembro de 2013, aprovada por essa Casa através do Requerimento de nº 2424/2013, para o dia 08 de outubro às 18:00h no Plenário**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Dr. Petrônio Braz Júnior, presidente do Grupo Queiroz Galvão, com endereço na Rua Santa Luzia, nº 651, 2º a 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RG, Cep 20030-041.

Justificativa

Há 60 anos atuando na oferta de infraestrutura para o desenvolvimento dos países onde atua, o Grupo Queiroz Galvão dignifica a origem pernambucana.

Oriundo do segmento de construção, iniciando sua história no município de Timbaúba, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, o Grupo tem presença marcante em diversos setores, com mais de 50 empresas nas áreas de óleo e gás, desenvolvimento imobiliário, engenharia ambiental, gestão de negócios, energias renováveis, participações e concessões, alimentos e siderurgia e indústria naval.

Presente em todos os estados brasileiros e em países da América Latina e da África, também exporta seu know how para os Estados Unidos, Canadá e Europa. Com cerca de 46.000 colaboradores, gera oportunidades de negócio e conjuga o seu próprio crescimento ao crescimento das regiões onde opera.

Mesmo com presença no mercado internacional, a holding exhibe hoje um grupo 100 % brasileiro, se destacando não só pela excelência dos seus serviços e produtos, mas também na conquista de prêmios nacionais e internacionais como a certificação no ISO 9002 que habilitou a empresa a participar de obras fora das fronteiras do país.

Pela representatividade que tem exercido na economia de Pernambuco nada mais justo que esta Casa preste homenagens ao Grupo Queiroz Galvão pela passagens dos seus 60 anos presentes nas grande obras no Brasil e no mundo.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Terezinha Nunes
Deputado

Requerimento N° 2472/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito para os Anais desta

Casa o artigo do frei Aloísio Fragoso, publicado no dia 11 de agosto do ano em curso, sob o título “Francisco – um assunto inesgotável”. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao frei Aloísio Fragoso, ao Convento São Francisco, Rua São Francisco, 280, Carmo - Olinda / PE, CEP: 53120-070.

Justificativa

O artigo “Francisco, um assunto inesgotável”, do Frei Aloísio Fragoso, publicado no Jornal do Commercio de 11 de agosto de 2013, destaca a importância do papel do novo papa, que, como seu modo de ser, inaugura uma nova eclesiologia na Igreja Católica. Franciscano, Frei Aloísio Fragoso, um frade vinculado a um projeto de igreja voltada para os mais pobres, resgata a passagem bíblica em que o jovem São Francisco de Assis recebe a permanente missão de restaurar a Igreja de Deus. Hoje, milhões de católicos do mundo todo fazem o mesmo apelo ao papa Francisco.

Frei Aloísio Fragoso afirma que o apoio para o cumprimento dessa missão tem sido grande, explicando que do Rio de Janeiro, o papa Francisco regressou ao Vaticano com milhões de mensagens positivas, durante a Jornada Mundial da Juventude, que congregou 175 nações.

As resistências a esse movimento renovador também já são esperadas, segundo ele, acrescentando que, ao receber o poder supremo, o papa confessou humildemente: “eu sou um grande pecador, mas confiante na misericórdia e paciência de Deus, e também no sofrimento, aceito”. De acordo com o frei Aloísio Fragoso, “Ele (o papa) enfrentará duras resistências, sobretudo da parte daqueles que não gostam de ver um Papa declarando-se pecador e reconhecendo o pecado de seus assessores. Preferem a imagem de uma Igreja santa, imaculada, sem discordâncias e divisões, influente e poderosa.”

No texto, o frei Aloísio Fragoso destaca “o coração aberto, a firmeza de um pai, a ternura de um amigo e os cuidados de um servo fiel” com que o papa Francisco assumiu a sua missão, ao priorizar a coragem antes mesmo da prudência. “É melhor uma Igreja acidentada porque foi à rua do que do que uma Igreja asfíxiada e doente porque ficou dentro do templo”, disse o papa. Pela relevância dessa mensagem, de apoiar a caminhada do papa Francisco para cumprimento da sua missão, justificamos a transcrição do referido texto nos Anais desta Casa, ora anexado ao presente expediente, na certeza de sua aprovação pelos Nobres Pares.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Terezinha Nunes
Deputado

Requerimento N° 2473/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Congratulações ao apresentador, cantor, compositor e pesquisador musical Ivan Ferraz, pelo lançamento do CD – Coletânea 20 Arrasta Pés e Marchas Juninas.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao apresentador, cantor, compositor e pesquisador musical **Ivan Ferraz**, Av. Norte, 68 – Santo Amaro, Recife-PE, CEP: 50.040-200; à diretora do Jornal Vanguarda, **Mércia Lyra**, com endereço na rua Francisco Joaquim, 181, Bloco B, Maurício de Nassau, Caruaru-PE, CEP: 55012-230; à diretora-presidente do Jornal Extra de Pernambuco, **Mirtes Ferraz**, com endereço na rua Pe Félix Barreto, 79, 3º andar, Maurício de Nassau, Caruaru-PE, CEP: 55012-370; ao gerente da Rádio Jornal de Caruaru, **Combé Júnior**, com endereço na Av. José Pinheiro dos Santos, 351, Pinheirópolis – Caruaru-PE, CEP: 55032-640; ao diretor da TV Jornal de Caruaru, **Augusto Netto**, com endereço na Av. José Pinheiro dos Santos, 351, Pinheirópolis – Caruaru-PE, CEP: 55032-640; ; ao Diretor Geral da Rádio Liberdade de Caruaru, **Ivan Feitosa**, com endereço na Rua da Conceição, 16/22, 2º Andar - Centro, Caruaru/PE, CEP: 55004-140; aos diretores da Rádio Cultura do Nordeste, **José Almeida** e **Onildo Almeida**, ambos com endereço na Av. Rádio Cultura do Nordeste, 1130, Indianópolis, Caruaru-PE, CEP: 55026-690; ao presidente da FCDL-PE, **Adjar Soares**, com endereço na rua do Riachuelo, 105, 4º andar, Recife-PE, CEP: 50050-913; aos vereadores da Câmara Municipal de Caruaru: **Cecílio**, **Demóstenes Veras**, **Edijailson**, **Edmilson do Salgado**, **Eduardo Cantarelli**, **Evandro Silva**, **Gilberto de Dora**, **Jadiel**, **Jajá**, **Leonardo Chaves**, **Louro do Juá**, **Lula Torres**, **Marcelo Gomes**, **Neto**, **Ranilson**, **Ricardo Liberato**, **Romildo**, **Rozael**, **Sivaldo Oliveira** e **Val**, todos com endereço na rua 15 de Novembro, 201, Centro, Caruaru-PE, CEP: 55003-904; e aos clubes de serviços de Caruaru.

Justificativa

O requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade homenagear o apresentador, cantor, compositor e pesquisador musical Ivan Ferraz, pelo lançamento do seu mais novo CD. É importante registrar que, nesta obra, Ivan faz parceria com o saudoso Dominginhos, em música inédita de Bráulio de Castro, intitulada “Festa de Rua”.

Natural de Floresta, Ivan iniciou sua carreira no meio artístico chefiando o Departamento de Divulgação da extinta Fábrica de

Recife, 13 de agosto de 2013

Discos Rozenblit, onde gravou seus primeiros discos. Seguindo o estilo forró de raiz, possui discografia composta por 16 obras, sendo 9 LPs e 7 CDs, as quais foram lançadas por várias gravadoras, como a Polygram, Copacabana e Polydisc.

O ilustre artista também é radialista. Trabalhou na TV Pernambuco, onde apresentou, durante 16 anos, o programa Forró, Verso & Viola, nomenclatura considerada sua marca definitiva. Atuou, ainda, na Rádio Jovem Cap, onde criou o “O Forró do Ivan”. Ele apresenta, diariamente, programa com o mesmo nome, na Rádio Universitária FM – Recife, que possui uma das maiores audiências daquela emissora.

Como compositor, é responsável por grandes sucessos de forró, xote e baião. Gravou, ainda, alguns frevos na década de 70, tendo recebido vários prêmios por suas composições, a exemplo da canção “TOQUE UM FREVO”. Muitas das suas obras foram gravadas por outros artistas de renome nacional, como Jacinto Silva, Azulão e Walmir Silva. Entre suas gravações, ressalte-se “Braço Forte, Mão Amiga”, música em homenagem ao Exército Brasileiro, que teve a parceria de Júnior Vieira.

Ivan Ferraz tinha um forte laço de amizade com Luiz Gonzaga. O Rei do Baião considerava o artista como autêntico defensor do regionalismo. Ressalte-se, entre as inúmeras honrarias que recebeu, a medalha comemorativa do centenário de nascimento de Luiz Gonzaga, concedida a ele em dezembro de 2012.

A sua incessante atuação na defesa e no incentivo da nossa cultura consagra-o nos ritmos, harmonias e melodias nordestinas. Podemos afirmar que sua luta, na defesa da música da nossa região orgulha o povo pernambucano.

Portanto, é justo que esta Casa Legislativa se congratule com este legítimo representante do forró pé de serra, pelo lançamento de mais uma obra musical, motivo pelo qual solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Tony Gel
Deputado

Requerimento N° 2474/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Congratulações ao Dr. José Aprígio Braga de Sá Silva, pelo recebimento da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, Grau Comendador, concedido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao Dr. **José Aprígio Braga de Sá Silva**, com endereço na Av. Boa Viagem, 2492, Apt. 601, Edf. Maria Lúcia, Recife-PE, CEP: 51020-000; ao Procurador da República no Estado de Tocantins, **Bruno César Maciel Braga**, com endereço no 104 Norte, Rua NE 03, Conjunto 02, Lote 43, Palmas-TO, CEP 77006-018; à Sra. **Maria Gomes de Sá**, com endereço na Rua Oscar Laranjeira, 439 – Indianópolis, Caruaru-PE, CEP: 55.024-120; ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. **Jovaldo Nunes**, ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **Des. Fernando Eduardo de Miranda**, ao Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves**, e aos membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco: **Des. Jones Figueirêdo Alves**, **Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes**, **Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto** e **Des. Agenor Ferreira de Lima Filho**, todos com endereço na rua do Imperador, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040; ao Desembargador Eleitoral **Ronnie Duarte**, com endereço na Av. Agamenon Magalhães, 1160 Graças, Recife - PE, CEP: 52010-904; ao presidente da OAB-PE, **Pedro Henrique Reginaldo Alves**, com endereço na rua do Imperador Dom Pedro II, 235 - Santo Antônio, Recife - PE, CEP: 50010-240; ao Presidente do Grupo de Executivos do Recife (GERE), **Mauro Santos**, com endereço na rua Benjamin Constant, 475, Sítio Novo, Olinda-PE, CEP: 53110-270; e ao Presidente do Caxangá Ágape, **Fernando Freire**, com endereço na rua do Apolo, 161, Térreo, Recife Antigo, Recife-PE, CEP: 50030-220.

Justificativa

No próximo dia 13 de agosto, o advogado e procurador aposentado da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Braga Sá, receberá a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, Grau Comendador, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), durante solenidade comemorativa do 191º aniversário daquela instituição. A honraria é conferida a pessoas físicas e jurídicas que tenham prestado relevantes serviços ao Poder Judiciário.

Braga Sá, como é conhecido, é natural de Caruaru, no Agreste Central de Pernambuco. Reside no Recife há mais de 33 anos. É casado com a médica Carmem Maciel e tem dois filhos: o arquiteto urbanístico Arthur Sá e o procurador federal Bruno Braga. Iniciou sua trajetória profissional como datilógrafo, em Caruaru. O advogado possui uma extensa folha de serviços prestada ao nosso Estado. Foi Procurador Estadual do Poder Legislativo. Foi Secretário da Prefeitura de Caruaru e de Ipojuca. Em todos os cargos e funções que desempenhou, conseguiu desenvolver uma grande e sólida rede de relacionamentos. Ocupou, também, a Chefia de Gabinete da Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social e a Diretoria da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco.

Recife, 13 de agosto de 2013

Braga também desempenha um importante papel, especialmente no sentido de homenagear personalidades da nossa sociedade e empresas que investem na economia local, por meio de eventos que têm o propósito de compartilhar cultura, conhecimento, capacitação, amizade, bem como novas oportunidades de negócios. Foi Presidente do Caxangá Ágape e do Grupo de Executivos do Recife (GERE), este último por três mandatos. Com relação às citadas confrarias, Braga afirma *"Trabalho com um lema: agregar pessoas e valores."*

Na área social, o advogado atua como diretor do Movimento Pró-Criança que, recentemente, comemorou duas décadas de atuação, onde tem desempenhado um valeroso trabalho em prol da promoção e do incentivo à inclusão social de crianças e adolescentes do Grande Recife. Trata-se de uma das instituições sociais mais importantes de Pernambuco, a qual está vinculada à Arquidiocese de Olinda e Recife.

Portanto, é justo e oportuno que esta Casa Legislativa se congratule com Dr. Braga Sá, exemplo de abnegação, lealdade, honestidade, ética e humildade, motivos pelos quais solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Tony Gel
Deputado

Requerimento N° 2475/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Pesar pelo falecimento da artesã **Celestina Rodrigues de Oliveira Silva**, ocorrido no último dia 7 de agosto, em Caruaru. Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento à família da artesã Celestina Rodrigues de Oliveira Silva, por meio da sua filha **Marliete Rodrigues**, com endereço na rua Mestre Vitalino, 286, Alto do Moura, Caruaru-PE, CEP: 55.040-010; aos vereadores da Câmara Municipal de Caruaru: **Cecílio, Demóstenes Veras, Edijailson, Edmilson do Salgado, Eduardo Cantarelli, Evandro Silva, Gilberto de Dora, Jadiel, Jajá, Leonardo Chaves, Louro do Juá, Lula Torres, Marcelo Gomes, Neto, Raniilson, Ricardo Liberato, Romildo, Rozael, Sivaldo Oliveira e Val**, todos com endereço na rua 15 de Novembro, 201, Centro, Caruaru-PE, CEP: 55003-904; e aos clubes de serviço de Caruaru.

Justificativa

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar nossas sentidas condolências à família de Celestina Rodrigues de Oliveira Silva, que faleceu no último dia 07 de agosto, aos 85 anos. Sua partida deixa de luto a cultura do Estado de Pernambuco.

Casou-se com José Antônio da Silva (1921-1973), conhecido como Zé Cabloco, um dos mais consagrados “bonequeiros” do Alto do Moura e discípulo do Mestre Vitalino. Teve oito filhos, vindo a constituir uma conceituada oficina de cerâmica familiar, ou seja, dando origem a uma extensa e diversificada produção de peças artesanais. Sua filha Marliete, por exemplo, é uma das pioneiras na arte do barro em miniatura.

Dona Celestina trabalhava suas peças com riqueza de detalhes, abordando temas do nosso cotidiano. É importante registrar sua contribuição na difusão da cultura pernambucana, por meio da arte popular e do artesanato. Trata-se, portanto, de uma autêntica defensora no nosso regionalismo.

A saudosa artesã será sempre um destaque entre os grandes nomes do nosso rico artesanato. Portanto, é justo que este Poder preste homenagem a esta abnegada mulher, cuja trajetória de vida ficará marcada na saudade e nas recordações do povo pernambucano.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Tony Gel
Deputado

Requerimento N° 2476/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Congratulações ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), pela passagem do seu 191º aniversário.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. **Jovaldo Nunes**, ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. **Fernando Eduardo de Miranda**, ao Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. **Frederico Ricardo de Almeida Neves**, e aos membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco: Des. **Jones Figueirêdo Alves**, Des. **José Fernandes de Lemos**, Des. **Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes**, Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**, Des. **Leopoldo de Arruda Raposo**, Des. **Silvio de Arruda Beltrão**, Des. **Alderita Ramos de Oliveira**, Des. **Marco Antonio Cabral Maggi**, Des. **Roberto Ferreira Lins**, Des. **Adalberto de Oliveira Melo**, Des. **Antônio Fernando Araújo Martins**, Des. **Luiz Carlos de Barros**

Figueiredo, Des. **Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes**, Des. **Alberto Nogueira Virginio**, Des. **Ricardo de Oliveira Paes Barreto**, Des. **Fernando Cerqueira Norbeto dos Santos**, Des. **Gustavo Augusto Rodrigues de Lima**, Des. **Antônio de Melo e Lima**, Des. **Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello**, Des. **Antenor Cardoso Soares Júnior**, Des. **José Carlos Patriota Malta**, Des. **Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**, Des. **Eurico de Barros Correia Filho**, Des. **Mauro Alencar de Barros**, Des. **Fausto de Castro Campos**, Des. **Francisco Manoel Tenório dos Santos**, Des. **Cláudio Jean Nogueira Virginio**, Des. **Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho**, Des. **Antônio Carlos Alves da Silva**, Des. **Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto**, Des. **José Ivo de Paula Guimarães**, Des. **Josué Antônio Fonseca de Sena**, Des. **Agenor Ferreira de Lima Filho**, Des. **Itabira de Brito Filho**, Des. **Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**, Des. **Roberto da Silva Maia**, Des. **Jorge Américo Pereira de Lira**, Des. **Erik de Sousa Dantas Simões** e Des. **Stênio José de Sousa Neiva Coêlho**, todos com endereço na rua do Imperador, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040.

Justificativa

O requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade homenagear o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) que, no próximo dia 13 de agosto, estará comemorando o seu 191º aniversário. Na ocasião, serão realizadas solenidades comemorativas, a exemplo da entrega da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, conferida a pessoas físicas e jurídicas que tenham prestado relevantes serviços ao Poder Judiciário.

O TJPE foi criado por meio do alvará de 06 de fevereiro de 1821, pelo então Rei Dom João VI. Inicialmente, foi denominado de Tribunal da Relação de Pernambuco. No ano seguinte, precisamente no dia 13 de agosto, a instituição foi instalada.

A sede do Tribunal registrou várias mudanças, tendo ocupado inúmeros imóveis, como os do antigo Erário Régio, do Consistório do Espírito Santo, da Cadeia Velha, da Faculdade de Direito do Recife e do Liceu de Artes. A transferência definitiva para o prédio do Palácio da Justiça ocorreu após o lançamento da pedra fundamental, no dia 2 de julho de 1924.

É importante registrar que a escolha do Palácio da Justiça está diretamente associada à história dos pernambucanos. No espaço, é possível verificar várias manifestações artísticas, em quadros, lustres, vitrais, entre outros. Os móveis, especialmente as cadeiras, são artisticamente esculpidos e recordam o antigo Tribunal da Relação. O seu rico e extenso acervo de arte o coloca como uma dos principais pontos turísticos de Pernambuco.

Portanto, é justo que esta Casa Legislativa parabeneze todos os que fazem parte desta conceituada instituição, imprescindível para garantir os nossos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, bem como os de terceira geração. Sua história, sua altivez e inovadora forma de atuar são motivos das nossas calorosas congratulações.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Tony Gel
Deputado

Requerimento N° 2477/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Congratulações à Diocese de Caruaru, pela comemoração do seu 65º aniversário.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao Bispo da Diocese de Caruaru, **Dom Bernardino Marchiô**, com endereço na rua Osvaldo Cruz, 207 - Maurício de Nassau Caruaru-PE, CEP: 55.012-040; ao arcebispo de Olinda e Recife, **Dom Fernando Saburido**, com endereço na Av. Rui Barbosa, 409, Graças, Recife-PE, CEP: 52011-040; ao Coordenador da Região Pastoral Sul, **Pe. Joselito Gomes da Silva**, com endereço na rua Cleto Campelo 65 – Centro, Gravatá-PE, CEP: 55645-000; ao Coordenador da Região Pastoral Norte, **Pe. Sandro Sebastião Filho da Silva**, com endereço na Av. José Joventino da Silva s/n, Distrito de Pão de Açúcar, Taquaritinga do Norte-PE, CEP: 55798-000; ao Coordenador da Região Pastoral Centro, **Pe. Adjaildo Soares de Jesus**, com endereço na rua Hermenegildo F. da Silva 40 - Vila Kennedy, Caruaru-PE, CEP: 55.036-375; ao Coordenador da Região Pastoral Oeste, **Pe. Antônio Márcio Silva de Lima**, com endereço na Praça Prefeito Caetano Gomes s/n – Centro, São Caetano-PE, CEP: 55130-000; aos vereadores da Câmara Municipal de Caruaru: **Cecílio, Demóstenes Veras, Edijailson, Edmilson do Salgado, Eduardo Cantarelli, Evandro Silva, Gilberto de Dora, Jadiel, Jajá, Leonardo Chaves, Louro do Juá, Lula Torres, Marcelo Gomes, Neto, Raniilson, Ricardo Liberato, Romildo, Rozael, Sivaldo Oliveira e Val**, todos com endereço na rua 15 de Novembro, 201, Centro, Caruaru-PE, CEP: 55003-904; e aos clubes de serviço de Caruaru.

Justificativa

O requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade homenagear a Diocese de Caruaru, que comemorou, no último dia 7 de agosto, 65 anos. É formada por

várias instituições diocesanas, como o Colégio Diocesano de Caruaru, o Instituto de Teologia de Caruaru, o Centro Missionário Dom Helder Câmara, entre outras. É composta por mais de 30 paróquias, divididas por regiões pastorais (Centro, Norte, Oeste e Sul).

Os procedimentos de criação do novo bispado, em Caruaru, tiveram início em 19 de novembro de 1944, por meio de comissão pró-bispado, de iniciativa do então arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Miguel de Lima Valverde. Em 1948, o Papa Pio XII, através da Bula *"Quae Maiori Christifidelium"*, institui a Catedral Diocesa, na Matriz de Nossa Senhora das Dores.

O primeiro bispo eleito da diocese, pelo então Papa Pio XII, foi Dom Paulo Hipólito de Souza Libório. Natural de Picos, no Estado do Piauí, assumiu o bispado de 1949 até 1959.

O segundo bispo foi Dom Augusto de Carvalho. Natural de Santa Maria, no Distrito de São José de Belmonte, foi responsável pela fundação do Seminário Diocesano e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA, bem como de várias casas que tinham o propósito de acolher pessoas pobres. Dom Augusto foi o bispo do Nordeste que mais ordenou novos padres. Terminou sua missão na Diocese de Caruaru em 1992.

Dom Antônio Soares Costa foi o terceiro bispo. Natural de Nova Cruz, Rio Grande do Norte, aprimorou a Pastoral Diocesana. Em virtude da comemoração dos 50 anos daquela instituição, realizou o Congresso Eucarístico Diocesano. Foi responsável pela implantação do Centro de Pastoral.

Por conta do falecimento de Dom Antônio, em 2002, o então Papa João Paulo II nomeou Dom Bernardino Marchiô. Natural de Busca, na Itália, tomou posse no dia 12 de janeiro de 2003 e, permanece até os dias atuais, conduzindo o referido ministério com muito zelo e compromisso, sobretudo com o social. Dom Dino, como é conhecido, coordena o Centro de Recuperação de Drogados - Fazenda da Esperança.

Portanto, é justo que esta Casa Legislativa parabeneze todos os que fazem parte da Diocese de Caruaru, pelos relevantes serviços que presta, não só à Cidade de Caruaru como também aos municípios sob sua circunscrição. Sua destacada atuação na área social e em prol das paróquias são motivos das nossas mais calorosas congratulações.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Tony Gel
Deputado

Requerimento N° 2478/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um Voto de Aplauso ao município de Amaraji/PE, em comemoração aos 145 anos de fundação da cidade, no último dia 23 de julho.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento:

- Ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Amaraji, Sr. Jânio Gouveia da Silva, no endereço: Rua da Rocha Pontual, 60, Amaraji/PE - CEP 55515-000;
- A Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Amaraji, Vereadora Glória Maria de Andrade Gouveia, no endereço: Rua da Rocha Pontual, nº 72, Amaraji/PE – CEP 55515-000;
- Aos Exmos. Srs. Vereadores e Sra Vereadora do Município de Amaraji: Amaro Moraes dos Santos, Edilson Francisco da Silva, Edson Gersino da Silva, José Mário de Oliveira, Maria do Socorro de Brito Gouveia, Severino Ramos da Silva e Severino Rufino Lopes Júnior, no endereço: Rua da Rocha Pontual, nº 72, Amaraji/PE – CEP 55515-000.

Justificativa

Homenageamos o município de Amaraji, representado pelos seus mais de 21.900 habitantes, pela passagem de sua fundação, ocorrida no último dia 23 de julho.

Os primórdios de constituição da cidade de Amaraji, remonta com o aparecimento em terras de Pernambuco, a partir de 23 de julho de 1868, quando os habitantes do então distrito de Escada, emancipado em 24/05/1873, se dirigiram em requerimento ao Presidente da Câmara do município gestor daquele distrito, pedindo a criação de uma feira no Engenho Garra, no local onde hoje é a sede do município de Amaraji. O pedido foi despachado favoravelmente, designando-se o domingo para o dia da feira. Assim, estabelecimentos comerciais e residenciais foram sendo construídos no local, formando-se aos poucos uma pequena povoação, denominada de São José da Boa Esperança. Consta que em 1889, a Lei Provincial nº 2137 de 9 de novembro, deu-lhe a categoria de Vila com a denominação de Amaragy. Foi desmembrado de Escada em 1890. Posteriormente, Amaragy teve sua grafia alterada para Amaraji pelo decreto-estadual nº 17, de 24 de agosto de 1890. E, por sua vez, Amaragi teve sua grafia alterada para Amaraji pelo decreto-lei estadual nº 92, de 31 de dezembro de 1937. O município é formado pelo distrito Sede e pelo povoado de Demarcação.

Amaraji fica distante da capital pernambucana 96 km, seu acesso é feito através das rodovias BR-101-Sul e PE-063, tendo como municípios limítrofes: Norte – Chã Grande; Sul – Ribeirão; Leste – Primavera e, Oeste – Cortés e Gravatá. A atividade econômica

predominante é a agroindústria açucareira. Além da cana-de-açúcar, destacam-se outros produtos como abacaxi, mandioca, borracha, banana, batata-doce e laranja. O centro da cidade é de uma beleza soberba, possuindo casas antigas, praças e jardins. Seu clima é muito agradável e as pessoas são hospitaleiras. Sua característica turística é baseada na valorização dos recursos naturais, tais como: as cachoeiras (exemplos: Cachoeira do Animoso e Cachoeira do Rio Morto), a Casa Grande Sete Ranchos, a Pedra da Pichanana, o Açude de Jaguarana, entre outros. Pelo exposto, solicito aos ilustres Pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 6 de agosto de 2013.

Mary Gouveia
Deputada

Requerimento N° 2479/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Administração Pública, desta Assembléia Legislativa, em data e local a serem definidos, tendo como convidados os representantes, da Secretária de Administração, do IRH (Instituto Recursos Humanos), representante do Fórum dos Servidores Estaduais, ao TCE (Tribunal de de contas do estado), com o objetivo de debater e buscar soluções aos diversos problemas apresentados pelo Sassepe.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. presidente da comissão de administração, Sr. Dep. Raimundo Pimentel, Exmo. Sr. secretário de administração, Sr. Décio Padilha, Exmo. Sr. presidente do IRH, Sr. Francisco Papaléo, ao Exmo. Sr. representante do Fórum dos Servidores Estaduais, Sr. Paulo Rocha, ao Exmo. Sr. presidente do TCE, Sra. Maria Teresa Duere.

Justificativa

A Secretaria de Administração do Estado e o IRH, que administra o Sassepe em parceria com os servidores, busca lançar uma licitação para contratação da empresa que ficará responsável pela gestão do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, plano de saúde privativo dos funcionários do Estado.

Em 2009 o governo tentou realizar a licitação, mas o Tribunal de Contas suspendeu o processo questionando detalhes, como a questão do acervo técnico exigido e elaboração do edital. O IRH passou quase um ano para atender às exigências do TCE, mas até o presente momento a licitação ainda não foi realizada.

De acordo com o Fórum dos Servidores Estaduais, o problema é bem maior do que a simples contratação de uma empresa para administrar o Sassepe, tendo em vista que o sistema se encontra com um déficit crescente e acumula uma dívida de quase R\$ 40 milhões, o que gera atrasos em atendimentos, marcação de cirurgias só para 2014 e superlotação nas enfermarias.

O Sassepe administra 200 mil vidas, e se faz necessária uma discussão séria e técnica sobre o tema.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Betinho Gomes
Deputado

Requerimento N° 2480/2013

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um **Voto de Aplauso** ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, pela passagem dos seus 191 anos.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Presidente, Desembargador Jovaldo Nunes, bem como a todos os Desembargadores daquele Tribunal, a Praça da República, S/N - Santo Antônio - Recife - Pernambuco - CEP: 50010-040.

Justificativa

O Tribunal de Justiça de Pernambuco foi criado pelo alvará de Dom João VI, Rei do Brasil - Reino Unido ao de Portugal, em 06 de fevereiro de 1821, recebendo na ocasião o nome de Tribunal da Relação de Pernambuco.

Sua instalação ocorreu no dia 13 de agosto do ano seguinte, no imóvel do antigo Erário Régio, com algumas salas adaptadas às pressas e com móveis ainda improvisados, passando nos anos seguintes a funcionar no Consistório do Espírito Santo, na Cadeia Velha; na Faculdade de Direito do Recife e no Liceu de Artes, até a sua transferência definitiva para o prédio do Palácio da Justiça, onde permanece até os dias atuais, que conta com um verdadeiro acervo de arte, que torna obrigatória a visita ao Palácio da Justiça, como um dos pontos importantes do guia turístico de Pernambuco.

Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares, aprovação do presente Requerimento.

Sala das Reuniões, em 12 de agosto de 2013.

Guilherme Uchôa
Deputado

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2013.

Às onze horas do dia sete de agosto do ano de dois mil e treze, no recinto do Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I do Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado Raimundo Pimentel, os Deputados: Mavíael Cavalcanti, Pero Serafim Neto e Sebastião Rufino membros titulares. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, fazendo a distribuição dos Projetos constantes da pauta que definiu os seguintes relatores: Projeto de Lei Complementar nº 1498/2013, de autoria do Poder Judiciário, relator Deputado Sebastião Rufino; Projeto de Lei Ordinária nº 1438/2013, de autoria do Deputado Sebastião Rufino, relator Deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 1447/2013, de autoria do Deputado Daniel Coelho, relator Deputado Pedro Serafim Neto; Projeto de Lei Ordinária nº 1449/2013, de autoria do Deputado Júlio Cavalcanti, relator Deputado Sebastião Rufino; Projeto de Lei Ordinária nº 1452/2013, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, relator Deputado Mavíael Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 1453/2013, de autoria do Deputado Sérgio Leite, relator Deputado Eduardo Porto; Projeto de Lei Ordinária nº 1461/2013, de autoria da Deputada Mary Gouveia, relator Deputado Pedro Serafim Neto; Projeto de Lei Ordinária nº 1453/2013, de autoria do Deputado Sérgio Leite, relator Deputado Eduardo Porto; Projeto de Lei Ordinária nº 1462/2013, de autoria do Deputado Guilherme Uchôa, relator Deputado Sebastião Rufino; Projeto de Lei Ordinária nº 1453/2013, de autoria do Deputado Sérgio Leite, relator Deputado Eduardo Porto; Projeto de Lei Ordinária nº 1463/2013, de autoria do Deputado Sérgio Leite, relator Deputado Mavíael Cavalcanti. Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente pôs em discussão os Projetos de Lei a seguir: Projeto de Lei Ordinária nº 1413/2013, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Ângelo Ferreira, aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2013 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1333/2013, de autoria do Deputado André Campos, relator Deputado Eduardo Porto, aprovado por unanimidade; Substitutivo nº 01/2013 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1393/2013, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto, relator Deputado Sebastião Rufino, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente reunião, convocando outra para o dia dezoito de junho do ano em curso. E do que para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente ata que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Sala da Comissão de Administração Pública

Recife, 12 de junho de 2013.

Deputado Raimundo Pimentel
Presidente

MEMBROS TITULARES:

Deputado Ângelo Ferreira
Deputado Mavíael Cavalcanti
Deputado Sebastião Rufino

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2013.

TEMA: SITUAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL DA MURIBECA.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e treze, às nove horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 12.06.2013, reuniram-se os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, no auditório, 6º andar do anexo I. A reunião contou com a presença dos Deputados Betinho Gomes, Zé Maurício, Terezinha Nunes, Eriberto Medeiros e Eduardo Porto. O Deputado Betinho Gomes, Presidente da Comissão, havendo quórum regimental abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos Parlamentares e nos termos do Edital de Convocação deu início a audiência pública passando a compor a Mesa com as seguintes autoridades: Deputado Zé Maurício, Deputada Terezinha Nunes, ambos membros suplentes desta Comissão; Vereador Carlos Alberto Bezerra de Jaboatão dos Guararapes; Sr. Carlos Wellington Pires, Gerente de Unidade de Tecnologia Habitacional do ITEP; Dr. Guilherme Veiga Chaves, Assessor Jurídico da FEMOCHAB; Dr. Paulo Lócio, Diretor Jurídico da CEHAB, neste ato representando o Secretário das Cidades, Dr.

Daniilo Cabral; Sr. Paulo Nery, Superintendente da Caixa Econômica Federal em Pernambuco; Dr. Flávio Falcão, Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes; Dra. Andrea Soares Carneiro, Procuradora da República; Sra. Maria José Santos, Presidente do Conselho de Moradores da Muribeca; Sra. Maria da Conceição Nascimento, Secretária de Articulação Regional e Mobilização de Jaboatão. Em seguida registrou a presença de: Sr. Hamilton de Souza, representante do condomínio B13, Jardim Maranguape; Sr. Antônio Figueira Galvão Filho, Presidente da FEMOCHAB; Sr. Alexandre Santos, Presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco; Sr. Antônio Soares, Primeiro Secretário do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Sr. Frederico Carvalho, Secretário Executivo da ADEMI-PE; Sra. Carmem Lúcia de Araújo, Presidente do Movimento Popular "Daqui Ninguém me Tira"; Dr. Ricardo Siqueira, Gerente Jurídico da Caixa Econômica Federal; Sr. Marcos Borges, Gerente Regional da Caixa Econômica Federal; Sr. Emmerson Meira, Gerente Social da Caixa Econômica Federal; Sr. Divair Serafim Gomes, Diácono da Igreja Batista Renovada; Dr. José Antônio Alves de Melo Júnior, Advogado; Sr. Fabrício Barbosa da Silva, Assessor de Imprensa da Caixa Econômica Federal; Sr. Márcio Vitral Resendo, Gerente Regional da Prefeitura de Jaboatão; Ex-Vereador Joaz Freitas da Muribeca. Em seguida o Deputado Betinho Gomes falou da importância dessa Audiência Pública, a qual foi solicitada pelos moradores do Conjunto Habitacional da Muribeca, pois há cerca de 10 anos esses moradores sofrem com o risco de desabamento de suas moradias e nada ainda foi feito. Que o intuito dessa audiência pública é tentar discutir os encaminhamentos, para tentar diminuir os prejuízos e ansiedade dos moradores. Disse que já existe um encaminhamento à Caixa Econômica Federal, no entanto, nada ainda foi executado no Conjunto Habitacional da Muribeca. Em seguida passou a palavra à Sra. Maria José Santos, que mostrou um vídeo onde relata a situação dos prédios e dos moradores, pois estes ainda aguardam providências acerca de suas moradias. Em seguida a palavra foi concedida ao Sr. Paulo Nery, que informou que quando a Presidenta Dilma visitou Pernambuco foram feitas reuniões e trabalhos com Órgãos competentes, em busca de uma solução definitiva para Muribeca. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Carlos Wellington Pires, disse que o ITEP está elaborando os laudos técnicos desde 2012. Disse que trabalhar nos prédios desocupados era mais fácil e que o mesmo trabalho no prédio ocupado tornava-se mais demorado. Informou que apenas 13 blocos estão desocupados e seus moradores recebendo o auxílio aluguel. Prosseguindo a palavra foi concedida ao Promotor Flávio Falcão, que disse que acompanhou o caso dos moradores da Muribeca desde o início. Que a fala emocionada da Sra. Maria José Santos lhe fez lembrar o tempo em que o grupo de moradores lhe procurou na Promotoria, e culminou na propositura de uma ação contra a Caixa Seguradora, para que esta restaurasse os prédios e/ou indenizasse os moradores prejudicados. Disse que há época pediu fossem elaborados laudos técnicos e estes constatarem que a culpa da situação dos prédios era da construção e não dos moradores. Disse que os laudos atestaram que quando os prédios foram construídos não houve preocupação com a qualidade do material e impermeabilização de seu fundamento. Informou que posteriormente a competência do juízo foi declinada para a esfera Federal. Em seguida a palavra foi concedida à Promotora Andréa Soares, que agradeceu o convite, disse que após a intervenção da Caixa Econômica, a competência foi deslocada para o Ministério Público Federal. Que existem 5 sentenças favoráveis aos moradores e que outros pontos estão em fase de recurso. Falou que recebe constantemente denúncias de moradores da Muribeca para serem incluídos no auxílio moradia, seja sobre intervenção em sua moradia. Ressaltou que estes moradores tem prioridade na Promotoria, onde os pleitos desses moradores são protocolados na justiça no mesmo dia. Disse que a situação dos prédios é uma questão de justiça e de responsabilidade do Estado. Em seguida a palavra foi concedida ao Dr. Paulo Nery, que disse Muribeca é uma parte do problema prédio caixão, da Região Metropolitana do Recife. Falou que foi criado um acordo de cooperação técnica para os prédios de médio e alto risco, conforme laudo técnico do ITEP. afirmou que a Caixa Econômica está custeando a elaboração desses laudos técnicos e que está fazendo reuniões com os Governos Federal, Estadual e Municipal, em busca de resolver os problemas desses moradores e que por sua complexidade, todos os governos estão envolvidos. Prosseguindo a palavra foi concedida ao Dr. Paulo Lócio, que falou da importância dessa audiência pública para os moradores do conjunto da Muribeca. Informou que o Estado inicialmente estava à frente da situação dos moradores, onde chegou a realizar algumas licitações; que os laudos técnicos foram inicialmente feitos por solicitação do Estado e que só após determinação judicial a Caixa Econômica assumiu a responsabilidade pelos laudos. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Paulo Nery, que esclareceu que o acordo de cooperação foi firmado em 2010 e a determinação judicial de mudança de esfera estadual para federal só ocorreu em 2012, específica para Muribeca e que até então nenhum laudo tinha sido feito, quando a Caixa Econômica ingressou o no processo, assumiu os trabalhos e contratou o ITEP para elaborar os laudos técnicos. Em seguida a palavra foi concedida ao Dr. Guilherme Veiga Chaves, que disse que muita coisa mudou de 2008 para cá, pois antes a

culpa da situação dos prédios era atribuída aos moradores e hoje o Governo assume a responsabilidade. Falou que o fato da competência ter sido deslocada para a Justiça Federal não foi por vontade da Caixa Econômica, mas porque a mesma quer ajudar a Caixa Seguradora, para que esta não indenize os moradores. Disse que o acordo de cooperação não foi firmado de livre e espontânea vontade, mas por determinação judicial; Que nas 5 sentenças favoráveis aos moradores a Caixa Econômica ingressou com recurso; Que os prédios não estão sendo recuperados e sim remendados; Que no ano de 2008, quando a Deputada Terezinha Nunes visitou a justiça para pedir agilidade nos processos da Muribeca, mais de 100 processos tramitaram rapidamente, pedindo em seguida que outra visita fosse agendada, dessa vez na Justiça Federal. Em seguida a Deputada Terezinha Nunes disse que a situação dos prédios caixão é uma causa abraçada pela Alepe, através da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, pois os Governos Federal, Estadual e Municipal não estavam preocupados com a situação dos moradores. Cobrou o cumprimento do termo de compromisso que a Caixa Econômica assinou com o Governo do Estado no último sábado, dia 15/06 e que até agora nada foi feito. Perguntou quando os laudos serão finalizados e questionou se esses recursos estão realmente garantidos. Finalizou pedindo resposta com prazo por parte da Caixa Econômica e do Governo do Estado e ao ITEP pediu que este desse um prazo para pelo menos 1 prédio. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Paulo Lócio, que disse que a responsabilidade não é do Governo do Estado, pois no processo que tramita na Justiça Federal o mesmo foi excluído, não devendo este ser cobrado. Em seguida a Deputada Terezinha Nunes esclareceu que a cobrança foi de um modo geral, ou seja, para todos os prédios da Região Metropolitana que estão também em situação de risco. Disse que sabe que a responsabilidade dos prédios da Muribeca é da Caixa Econômica, mas os demais prédios da Região Metropolitana a responsabilidade é do Governo do Estado e nada ainda foi feito. Em seguida a palavra foi concedida a Sra. Maria José Santos, que explicou que o termo de cooperação caducou em 2010 e a sentença diz que a responsabilidade dos 69 blocos de Muribeca é de responsabilidade da Caixa Econômica; Que esses prédios foram entregues em 1982 e 4 anos após 1 prédio quase que desaba; Que a antiga Cohab assumiu o prédio e relocou os moradores para outros prédios, longe da região, só que outros prédios também começaram a ruir. Disse que segundo livro do ITEP, são mais de 5.000 prédios condenados em Pernambuco. Em seguida a palavra foi concedida ao Sr. Jurandir, do Conselho de Moradores da Muribeca, que disse que não acredita nos representantes da Secretaria das Cidades, pois eles disseram que tinham feito 2 licitações sem ter feito nenhuma. Pediu que o TAC fosse corrigido, pois o que caducou era desumano com os moradores. Disse que o ITEP ficou de entregar 13 laudos até o dia 30/05/2013 e ainda não entregou nenhum. Pediu que fosse feito um pleito junto à bancada federal em prol dos moradores da Muribeca. Em seguida a palavra foi concedida ao Sr. João Freitas, morador de Muribeca, agradeceu a Comissão pela realização da Audiência Pública. Criticou o TAC da Caixa Econômica, pois segundo ele, deveria constar a execução dos projetos por parte do ITEP. Perguntou quem irá se responsabilizar pelas mortes desses moradores. Prosseguindo a palavra foi concedida ao Sr. João Alberto, Presidente da União Jaboatonense dos Estudantes Secundaristas, que disse que há 10 anos acompanha esse "jogo de empurra" de responsabilidade entre Caixa Econômica de Governo do Estado. afirmou que não dá para os moradores saírem de lá. Pediu às autoridades que em pelo menos 4 anos tudo fosse resolvido, conforme as obras da copa. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. João Marcelo, morador da Muribeca, que disse que faz parte do site "muribeca.com". Disse que a média dos aluguéis fornecidos aos moradores é de R\$ 600,00 divididos em duas vezes e que é com esse dinheiro que os moradores pagam segurança particular para fazer a segurança dos prédios desocupados. Disse que a Caixa Econômica se comprometeu em disponibilizar assistente social para os moradores e até agora não foi cumprido. Finalizou pedindo agilidade na resolução do problema da Muribeca. Em seguida a palavra foi concedida ao Sr. Romero Pires, comerciante de Muribeca, que disse que Caixa Econômica e Governo estão omissos para com os problemas de Muribeca. afirmou que se o ITEP não tinha condições de entregar os laudos técnicos no prazo, que caísse fora e desse vez a outro órgão que pudesse cumprir os prazos. Em seguida a palavra foi concedida ao Ex-vereador de Jaboatão, Joaz Freitas, solicitou 1 minuto de silêncio em homenagem a moradora que faleceu, Sra. Íris. Parabizou a iniciativa da Comissão de Cidadania. Sugeriu que a cada 15 dias fossem realizados reuniões como essas, para que os moradores de Muribeca não fossem esquecidos. Disse que nem a Caixa Econômica, nem o Governo tinham palavra, pois até agora Muribeca não foi reconstruída como a Presidenta Dilma prometeu. Pediu que pelo menos 1 prédio fosse reconstruído para mostrar à comunidade que o Governo está cumprindo o prometido. Em seguida a palavra foi concedida a Sra. Carmem Lúcia, moradora de Muribeca, que esclareceu que a moradora Íris faleceu quando saiu a sentença de condenação de todos os blocos do conjunto da Muribeca. Finalizou dizendo que não é favorável a interdição dos blocos. Em seguida a palavra foi concedida a Sra. Maria José Santos, que leu parte da referida sentença e pediu para que os demais

moradores fizessem o mesmo, para que deixassem de falar coisas distorcidas. Em seguida foi concedida a palavra a Dra. Andrea Soares, que esclareceu que não dava para a justiça ou o Governo discordar de um laudo técnico elaborado por um expert, pois qualquer ato contrário seria de suma responsabilidade do órgão discordante. Prosseguindo a palavra foi concedida ao Sr. Carlos Wellington, que disse que o ITEP acompanha a situação dos prédios da Muribeca desde a época do desabamento do prédio Érika. Que no ano de 2009 o ITEP elaborou laudos preliminares e os entregaram as prefeituras da Região Metropolitana e nenhuma providência foi tomada. Que o ITEP sabe que não dá para esperar a desocupação do prédio para elaboração e consequente conclusão do laudo técnico, mas que este tem que ser feito. Finalizou pedindo apoio dos moradores para que estes abram suas portas, pois segundo ele, os 13 laudos foram feitos porque estes blocos estavam desocupados. Em seguida a palavra foi concedida ao Sr. Paulo Nery, que informou sobre algumas etapas que já foram concluídas. Falou sobre algumas limitações que os órgãos públicos têm encontrado. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Gabriel, morador da Muribeca, que disse que passaram 08 anos e até agora nenhum laudo técnico foi concluído, diferentemente do Conjunto Eldorado, no Arruda, que já saiu o laudo e desocupação dos 14 blocos existentes. Em seguida a palavra foi concedida ao Pe. Francisco, que falou que o Governo não mediu esforços para gastar bilhões para a copa, mas não quer gastar nada ou só gastar centavos com as famílias do conjunto da Muribeca. Em seguida a palavra foi concedida ao Dr. Paulo Lócio, que ressaltou que mesmo o Estado não tendo responsabilidade acerca do conjunto da Muribeca, está acompanhando o processo. Em seguida o Deputado Betinho Gomes perguntou de quem era a responsabilidade para autorizar a execução das obras desses prédios? O Sr. Paulo Nery respondeu que a responsabilidade é do Governo Federal e que a Caixa Econômica tem a boa vontade e interesse de iniciar as obras, mas que depende de autorização. Sugeriu que os Deputados Estaduais solicitassem a bancada pernambucana em Brasília, que pressionassem o Governo no sentido de conceder a autorização para o início das obras. Em seguida a palavra foi concedida a Dra. Andrea Soares, que esclareceu que quem determina o valor do aluguel é o Juiz da ação e que este já solicitou reajuste do mesmo. Em seguida a palavra foi concedida ao Deputado Eriberto Medeiros, que criticou a ausência de Deputados Federais na Audiência Pública, pois segundo ele, os deputados podem pressionar em Brasília, agilidade para a autorização do início das obras no conjunto Muribeca. Finalizou dizendo que estava a disposição e que participará deste pleito. Em seguida o Deputado Betinho Gomes disse que a luta dos moradores da Muribeca se arrasta por anos, que ninguém sozinho consegue vencer essa luta. Que os moradores pedem prazos e que estes sejam cumpridos. Que todos estão solidários com os moradores da Muribeca. Sugeriu a composição de uma comissão estadual para pleitear em Brasília a execução das obras no conjunto habitacional da Muribeca. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente audiência, cuja ata foi lavrada e digitada e vai por todos assinada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Recife, 12 de junho de 2013

Deputado Betinho Gomes
Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Deputado Zé Maurício
Membro Suplente

Deputada Terezinha Nunes
Membro Suplente

Portaria

PORTARIA Nº 454/13

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 97/2013, do Deputado Ossesio Silva,

RESOLVE: alterar a gratificação de Representação de 30% (trinta por cento) para 99,70% (noventa e nove vírgula setenta por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, do servidor **GIBSON DE SOUZA LOBO**, retroagindo a 1º de julho do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03 e 13.185/07.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 12 de agosto de 2013.

Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro Secretário